REVISTA IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO II - NÚMERO 3 - BIMESTRAL - MARÇO 2006 - R$ 6,00
www.ibefrio.org.br

Roger Agnelli apresenta planos da Vale para 2006

Langoni analisa o momento da economia mundial

Eduardo Paes aponta caminhos para crise política

Gustavo Loyola comenta a política monetária

Luiz Leonardo Cantidiano avalia o mercado de capitais

IBEF
Rio de Janeiro

Não poderia haver presente melhor em nossos 90 anos*

*connectedthinking

© 2006 PricewaterhouseCoopers. PricewaterhouseCoopers refere-se ao conjunto global de firmas PricewaterhouseCoopers, cada uma delas constituindo uma pessoa jurídica separada e independente. *connectedthinking é marca registrada da PricewaterhouseCoopers.

Convenhamos, celebrar 90 anos de atividades no Brasil com o mais amplo reconhecimento público de nossos investimentos em excelência nos faz realmente estimulados para mais 90.

Empresa de Auditoria Mais Admirada no Brasil, pelo quarto ano consecutivo - Carta Capital/InterScience

Top of Mind em Consultoria de RH/Gestão Empresarial, pelo quarto ano consecutivo - Profissional & Negócios

Melhor Consultoria Tributária do Brasil, pelo quinto ano consecutivo - International Tax Review - 2005

Primeiro lugar em Segurança da Informação/Gestão de Identidades - Estudo de Tecnologia para Gestão de Pessoas

Líder em Terceirização/Serviços de "Backoffice" - Guia Outsourcing 2005

www.pwc.com/br

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Índice

Editorial - *por Marcos Chouin Varejão* 03

Nacional - *Agnelli apresenta os investimentos da Vale para 2006* 04

Perfil Corporativo - *Companhia Vale do Rio Doce* 06

Internacional - *Carlos Langoni analisa cenário mundial* 12

Opinião - *Perspectivas para 2006 - por Marcelo Bacellar* 16

Entrevista - *Gustavo Loyola* 17

Opinião - *A evolução das metodologias para gerenciamento de riscos - por Marco Valadares* 21

Balanço Rio - *Petroquímica - UNIPAR conclui investimentos no pólo petroquímico* 22

Panorama Econômico - *A responsabilidade dos administradores - por Norma Parente* 24

Opinião - *Cenários de valor e riscos de mercado em 2006 - por Ney Roberto Ottoni de Brito* 26

Nacional - *Eduardo Paes expõe suas idéias em entrevista exclusiva* 29

Nacional - *Comércio exterior: um caminho lucrativo* 32

Balanço Rio - *Habitação - Caixa volta a financiar com poupança - por Domingos Vargas* 34

Opinião - *Setor elétrico: novos rumos? - por Pedro Batista* 36

Nacional - *Perspectivas de crescimento do mercado de gás natural* 38

Day Trade - *Coluna de informação* 41

Opinião - *Mais burocracia para os contribuintes - por Manoela Floret Silva Xavier* 43

Auditoria e Contabilidade - *PricewaterhouseCoopers - João César Lima* 45

Jurisprudência e Informes Normativos - *por Laura de Oliveira e Felipe Batista* 46

Expediente 47

Opinião - *O amadurecimento do mercado de capitais - por Luiz Leonardo Cantidiano* 48

Editorial

Em 1971, mais precisamente no dia 19 de maio daquele ano, um grupo de executivos, em sua maioria de origem estrangeira, resolveu pela criação de um Instituto de Finanças, cujo principal objetivo era estabelecer um canal de informações e negócios ligando diretamente a Europa, EEUU e os mercados internos. Naquela época, os meios de comunicação eram precários se comparados aos recursos de que dispomos hoje. Começávamos a usufruir das transmissões por satélites, o fax não existia e a internet era um sonho na prodigiosa mente de um jovem desconhecido chamado Bill.

A organização de grupos, como se deu no ***IBEF****, foi um facilitador importante para a captação das então modernas técnicas financeiras que surgiam pelo mundo na segunda metade do século XX. Nesse contexto, o* ***IBEF*** *nasceu com a missão de auxiliar e congregar executivos, disseminando conhecimento, foco que permanece vivo em nosso instituto através de diversas formas de municiar com informações releventes os associados e profissionais de inúmeros setores da economia para que todos atinjam seus objetivos.*

A recém-criada ***Revista IBEF*** *é mais um instrumento aplicado nessa direção. A equipe composta por conselho editorial, colaboradores, jornalistas e demais profissionais envolvidos, é digna de compor os quadros das melhores publicações existentes no país. O resultado do trabalho dessas pessoas está na qualidade que a* ***Revista IBEF*** *vem apresentando e que, com certeza, se repetirá a cada edição, proporcionando a todos a satisfação de uma leitura técnica de grande valor. Para isso acontecer, o apoio e confiança recebidos pela revista por parte de seus anunciantes têm sido fundamentais, além de serem mais um estimulo à dedicação da equipe do instituto na elaboração desse já importante veículo de informação.*

Nessa edição encontraremos importantes análises em entrevistas com personalidades de destaque na vida nacional como ***Roger Agnelli****, diretor-presidente da Vale do Rio Doce, os ex-presidentes do Banco Central* ***Gustavo Loyola*** *e* ***Carlos Langoni****, além do deputado federal* ***Eduardo Paes****. Nas páginas a seguir também apresentamos uma reportagem com o presidente da Unipar,* ***Roberto Garcia****, escolhido o executivo do ano e homenageado com o Prêmio Equilibristas, oferecido pelo* ***IBEF*** *desde 1985, além de matérias sobre o setor de gás natural, a Companhia Vale do Rio Doce e um panorama sobre o momento do comércio exterior brasileiro.*

Como nas primeiras edições, a ***Revista IBEF*** *abre espaço também para a publicação de artigos, onde importantes executivos mostram seus pontos de vistas e apontam caminhos para nossa cidade, para o estado e para o país. No terceiro número da* ***Revista IBEF*** *estão presentes* ***Norma Parente****, ex-diretora da Comissão de Valores Mobiliários,* ***Domingos Vargas****, superintendente da Caixa Econômica Federal, os advogados* ***Laura Pinheiro de Oliveira*** *e* ***Felipe de Queiroz Batista****, do Escritório Pinheiro Neto,* ***Pedro Batista****, executivo do Banco Pactual,* ***João César****, diretor da PricewaterhouseCoopers no Rio,* ***Manoela Floret Silva Xavier****, advogada tributária do Escritório Siqueira Castro e de* ***Luiz Leonardo Cantidiano****, presidente em exercício do* ***IBEF-Rio****.*

Boa leitura!

Marcos Chouin Varejão

Agnelli apresenta os investimentos da Vale para 2006

O diretor-presidente da companhia destacou o retorno dos acionistas no ano passado

Em entrevista coletiva no dia 26 de janeiro, o diretor-presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, apresentou os planos de investimentos da empresa para 2006. Ele destacou o grande volume de recursos direcionados para aumentar a produtividade nas diversas áreas de negócio da empresa, além da entrada em operação em outros setores de atividade como carvão e alumínio. Segundo Agnelli: "a Vale é uma das empresas que mais tem criado valor para seus acionistas nos últimos anos. É uma das líderes mundiais. Entre 2000 e 2004, tivemos uma valorização implícita nas ações em torno de 48%, bem acima das demais companhias listadas na Bolsa de Valores de Nova York. Atingimos um valor de mercado superior a U$ 55 bilhões. Entre as empresas de mineração, a Vale também obteve destaque, com um retorno de cerca de 47%".

"Na logística, estamos investindo o necessário para suportar o crescimento tanto do transporte de minério, como de carga em geral. Não é uma tendência e sim uma questão de mercado e de disponibilidade de projetos".

P: No orçamento desse ano há uma grande concentração de recursos em minérios. Podemos esperar uma concentração de investimentos nesse setor ?

Roger Agnelli: Os investimentos na área de não ferrosos, na cadeia de alumínio e nas ferrovias são recordes. Na área de minério de ferro a demanda é muito forte e temos compromissos e parcerias de longo prazo, então todos os investimentos estão suportados por contratos dessa natureza. Temos que ampliar rapidamente nossa capacidade de produção para atender o aumento da demanda. Se olharmos a equação dos investimentos, estamos investindo no limite do que é possivel de acordo com o estágio de desenvolvimento dos projetos na área de não ferrosos e alumínio. Estamos usando toda capacidade de investimento para atender os contratos relacionados a minério de ferro. Na logística, estamos investindo o necessário para suportar o crescimento tanto do transporte de minério, como de carga em geral. Não é uma tendência e sim uma questão de mercado e de disponibilidade de projetos.

P: Qual será o foco da Vale fora do Brasil ?

Roger Agnelli: Estamos buscando a área de carvão, onde temos investido forte. O projeto de Moçambique começa a ganhar velocidade e, por isso, as despesas aumentarão nos próximos anos. Terminamos todos os projetos de engenharia e de pesquisas e o ritmo ficará

mais forte em 2006. No segundo semestre, deveremos apresentar ao Conselho a solicitação de aprovação da verba para iniciar o projeto. Em outros países, como Argentina, Peru, Angola e Gabão, onde estamos procurando oportunidade em minérios de ferro, em manganês, cobre, fosfato e potássio, estamos no mesmo estágio, em fase de estudos e avaliações.

P: Por que a Vale do Rio Doce ainda está negociando ações com descontos. Essa estratégia será usada por quanto tempo ?

Roger Agnelli: Nos últimos anos, a Vale tem tido um desempenho bastante bom em relação às outras mineradoras mundiais. A empresa tem se destacado e valorizado mais que os concorrentes. Evidentemente, isso requereu uma disciplina muito grande, no sentido de não endividar a companhia, entregar tudo aquilo que prometemos e, ao mesmo tempo, manter um alto nível de transparência, tanto que recebemos o *Investment Grade* no ano passado. Como vamos conseguir diminuir mais essa diferença para outras companhias listadas no mercado ? A única resposta que tenho é: persistência, consistência e disciplina. Vamos continuar no trajeto que estamos, seguindo o plano estratégico da companhia, focados em nosso principal negócio, que é mineração, logística e energia, além de prosseguir entregando tudo aquilo que nos comprometemos. É um desafio enorme tocar esse montante de investimento: são U$ 4,626 bilhões, ou seja, estamos falando em mais de U$ 14 milhões de dólares por dia. É uma gestão complexa em projetos diferentes, países e regiões distintas. Temos que ter disciplina para entregar no prazo e no orçamento o que foi anunciado para o mercado.

Roger Agnelli fala durante coletiva sobre plano de investimento da Vale para 2006

"A Vale privada está maior, gera mais emprego, exporta mais, é mais eficiente e, hoje, está presente em 21 países, quando na época estatal estava em apenas cinco".

P: Como o senhor vê essas ações judiciais a respeito da privatização da Vale, fato ocorrido há cerca de 10 anos atrás? Isso tem algum impacto nos negócios da empresa?

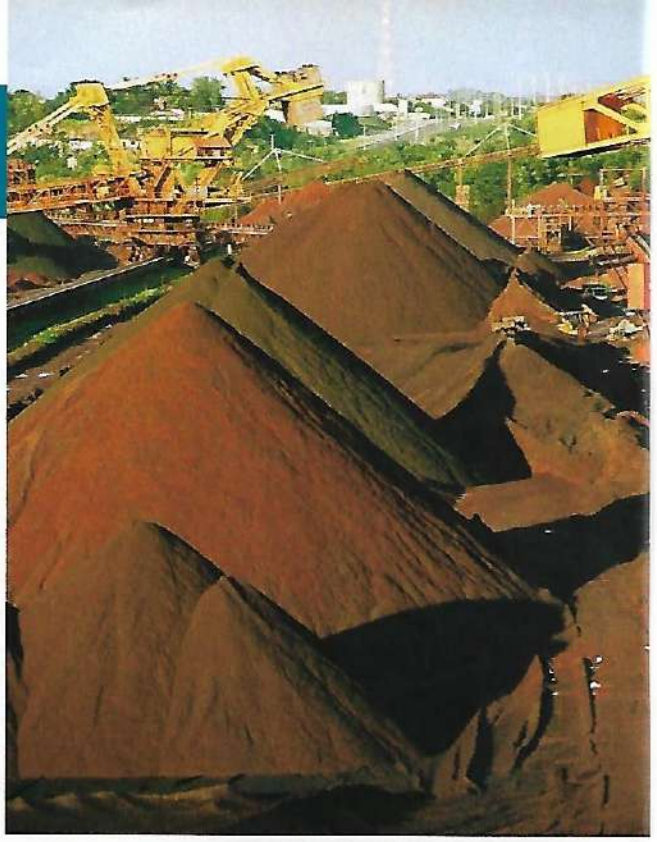
Roger Agnelli: A reação da direção da companhia é continuar trabalhando para realizar os investimentos e continuar crescendo e se posicionado no mercado. Essa ação vem acontecendo há anos, desde a época da privatização e acreditamos que o leilão foi uma concorrência aberta e disputada. Se olharmos as conquistas da Vale desde essa época, em relação à redução de custos, foco estratégico e melhorias operacionais, além dos resultados obtidos em relação ao volume de investimentos, todos tiveram aumentos consideráveis. A Vale privada está maior, gera mais emprego, exporta mais, é mais eficiente e, hoje, está presente em 21 países, quando na época estatal estava em apenas 5. Portanto, questionar algo que foi aberto e limpo é um direito, mas, no final, acreditamos que a Justiça irá decidir por aquilo que é justo.

P: A receita da Vale é altamente influenciada pelo dólar. Como o senhor vê essa valorização excessiva do real?

Roger Agnelli: O câmbio efetivamente afeta muito a atividade econômica e para a Vale mais ainda. Nossa receita tem cerca de 85% dos recursos atrelados ao dólar e 70% do custo é em reais. O que aconteceu no ano passado foi o aumento do custo e a diminuição da receita. O que temos que fazer em 2006 é trabalhar para aumentar a produtividade e a eficiência e procurar reduzir os custos dos investimentos e da manutenção da empresa. Esse é um esforço que estamos fazendo e vamos aprofundar ainda mais através de processos, da agilização da produção, melhorias de produtividade e agilidade na retomada das plantas paradas, enfim, fazer um trabalho forte sobre os custos para fazer frente a essa valorização do real. Não vemos nenhum grande movimento na taxa de câmbio, o Brasil deve continuar exportando bastante e o real deve permanecer valorizado.

Perfil Corporativo

Companhia Vale do Rio Doce



Panorâmica da Mina de Carajás, no Pará

HISTÓRIA

Em 1° de junho de 1942, o então presidente Getúlio Vargas assinou o decreto-lei n° 4.352 e criou a Companhia Vale do Rio Doce. A nova organização, uma sociedade anônima de economia mista, encampou as empresas do americano Percival Farquhar e a Estrada de Ferro Vitória/ Minas, criadas no início do século para viabilizar a exploração das reservas de minério de ferro de Minas Gerais. No ano seguinte, em 11 de janeiro, Israel Pinheiro é nomeado o primeiro presidente da empresa em assembléia que aprovou seus estatutos e fixou sua sede administrativa em Itabira, Minas Gerais, e o domicílio jurídico na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1949, a Vale já era responsável por 80% das exportações brasileiras de minério de ferro. Na década seguinte, a companhia cresceu sob o comando do governo federal, quando passou a comercializar seus produtos com o Japão e os Estados Unidos. Nos anos 50, investiu na construção do cais do Paul, no Porto de Vitória, e criou a Companhia Siderúrgica Vatu, primeira subsidiária para o beneficiamento de minérios, fabricação e comercialização de ferro.

Os anos 60 e 70 foram de grandes projetos e altos índices de crescimento para a companhia. Em 62 foi criada a subsidiária Vale do Rio Doce Navegação S.A. (Docenave). Cinco anos depois, geólogos da Companhia Meridional de Mineração, da *United States Steel Corporation*, constatam a ocorrência de minério de ferro em Carajás, no Pará. A Vale torna-se sócia majoritária do empreendimento e, em 1974, passa a ser a maior exportadora de minério de ferro do mundo, detentora de 16% do mercado.

A partir de 1980, a Vale do Rio Doce consolida o Projeto Carajás e passa a investir também no segmento de alumínio. Suas ações de preservação ambiental, feitas praticamente desde o início de sua operação, ganham destaque em 1988 com a completa eliminação do uso de carvão vegetal de florestas nativas. A empresa passa a retirar o material exclusivamente a partir de florestas plantadas. No final da década de 80, elabora Plano Estratégico 1989-2000, com foco na internacionalização e inicia a implantação do Programa de Participações nos Resultados (PR) para seus empregados.

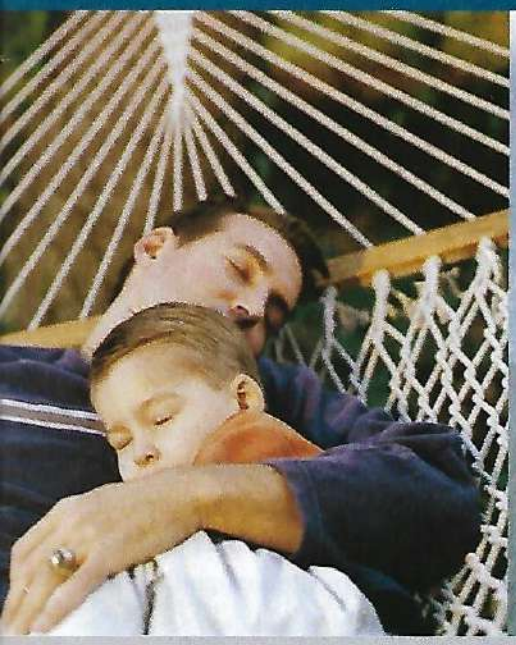
A década de 90 foi de reconhecimento e muito trabalho. A Vale foi responsável pela apresentação do pioneiro projeto de desenvolvimento sustentável do país, o Projeto Pólos Florestais, na Conferência ECO 92, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas classificou a Vale como a primeira empresa no ranking nacional.

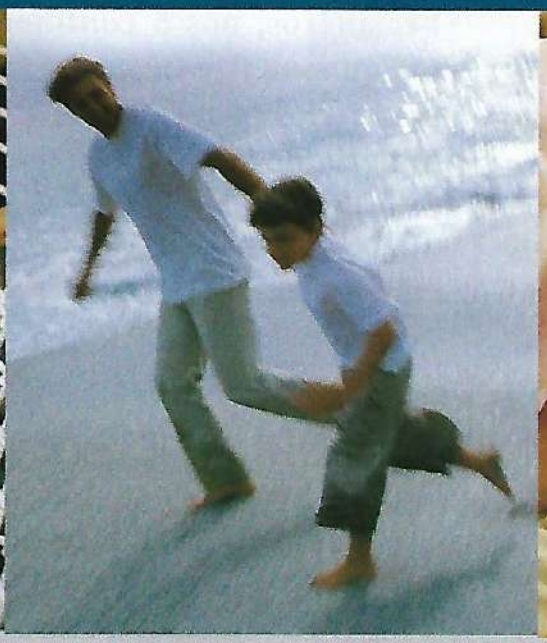
O ano de 1997 ficou marcado pela privatização da companhia. Em 6 de maio, a Vale é vendida em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O Consórcio Brasil arremata 41,73% das ações ordinárias

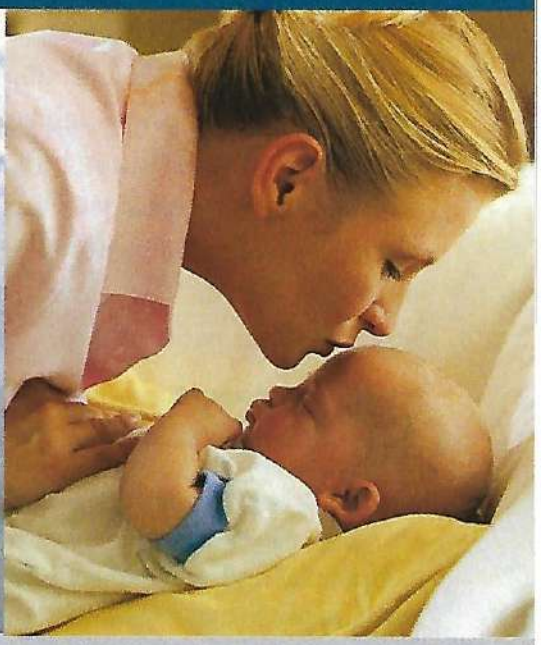
Mongeral e Icatu Hartford.

Uma grande parceria para garantir a sua segurança e tranquilidade.

BETHE B COMUNICAÇÃO







A Mongeral e a Icatu Hartford formaram uma parceria para oferecer um programa completo de soluções em Vida e Previdência: o Vida Toda, um plano de benefícios desenvolvido para garantir mais tranqüilidade e proteção a você e a quem você mais ama.

A parceria entre a Icatu Hartford e a Mongeral também significa a criação de soluções ainda mais completas, flexíveis e adequadas aos nossos clientes em todas as fases da vida.

Programe-se para o futuro. Programe-se com o Vida Toda.

MONGERAL
seguros e previdência

Icatu
HARTFORD

por R$ 3.338 milhões em moeda corrente. No primeiro ano após a privatização, a Vale atinge crescimento de 46% no lucro em relação a 96 e, em 99, tem o maior lucro de sua história: R$ 1,251 bilhão.

Atualmente, a Vale está presente em 14 estados brasileiros, nos 5 continentes e opera mais de 9 mil quilômetros de malha ferroviária e 10 terminais portuários próprios. Maior exportadora global e líder mundial no mercado de minério de ferro é a principal prestadora de serviços de logística do Brasil. Além de comercializar seus produtos para indústrias siderúrgicas do mundo inteiro, a Vale realiza pesquisas em diversos estados brasileiros e em países das Américas, da Ásia e da África. O desenvolvi-mento de um amplo programa de estudos dos minerais tem por objetivo buscar oportunidades de qualidade e que estejam em sintonia com a estratégia de crescimento da Vale, garantindo novas reservas para o futuro.

RECURSOS MINERAIS

A quarta maior companhia na indústria global de mineração e metais possui vastos recursos minerais, com amplas reservas de minério de ferro, bauxita, cobre, ouro, caulim, manganês, níquel, potássio, 11% das reservas mundiais estimadas de bauxita e direitos de mineração sobre uma área equivalente a 2,5 vezes o tamanho da Bélgica.

A Vale também é a segunda maior produtora mundial de manganês e ligas de ferro e uma das produtoras de alumínio (bauxita, alumina e alumínio primário) de menor custo no mundo. A companhia ainda produz grande quantidade de caulim, utilizado para revestimento de papel, e de potássio, matéria-prima para a indústria de fertilizantes.

Em julho de 2004, a Vale inaugurou a Mina de Cobre do Sossego (PA), o primeiro de uma série de projetos de cobre a serem implementados até 2010. Com o objetivo de se tornar uma das três maiores companhias de mineração do mundo até o final da década, a Vale está começando a desenvolver também projetos de níquel.

AS CERTIFICAÇÕES

Um dos mais importantes focos da companhia, desde o início de suas atividades, foi a preservação do meio ambiente, aliada à qualidade de produtos e serviços. Todas as minas de minério de ferro e manganês, os terminais marítimos, as plantas de pelotização de Tubarão (ES), a GIIC, a RDME, a Albras e a Alunorte possuem a certificação ISO 14001, pela excelência dos sistemas de proteção ambiental. A GIIC, Albras e Alunorte possuem também a certificação ISO 9001 para a qualidade de seus produtos, sendo que Albras, Alunorte e RDME contam ainda com a certificação OHSAS 18001.

Atualmente, a Vale está presente em 14 estados brasileiros, nos 5 continentes e opera mais de 9 mil quilômetros de malha ferroviária e 10 terminais portuários próprios. Líder mundial no mercado de minério de ferro é a maior prestadora de serviços de logística do Brasil e exportadora global de minério de ferro.

Além disso, a companhia desenvolve programas de proteção ao meio ambiente que incluem sistemas de controle de poluição, proteção de área florestal, reprodução de espécies tropicais de plantas e outras iniciativas que demandam investimentos anuais de cerca de US$ 50 milhões.

FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE

A Vale investe anualmente cerca de US$ 12 milhões em projetos sociais nas comunidades onde tem operação. Estes programas têm foco na educação, saúde, cultura, infra-estrutura e promoção da cidadania e ficam sob responsabilidade da Fundação Vale do Rio Doce. A entidade atua em parceria com o poder público, sociedade civil, empresas privadas e lideranças comunitárias, com o objetivo de encontrar soluções eficientes para as demandas sociais.

Um dos principais projetos da fundação é o Museu Vale do Rio Doce. Instalado na sede da antiga estação ferroviária Pedro Nolasco, está localizado no município de Vila Velha, às margens da Baía de Vitória,

no Espírito Santo. A estação foi desativada na década de 60 e abrigou escritórios da Companhia até meados dos anos 70.

O Museu Vale do Rio Doce foi inaugurado em 15 de outubro de 1998, após onze meses de obras para recuperar suas características arquitetônicas originais, de estilo Neoclássico e *Art Nouveau*. Seus principais focos de atuação são a memória ferroviária, cultura e educação. Em três anos de existência, mais de 4000 alunos e professores foram beneficiados por esse projeto.

Além das visitas monitoradas, há palestras sobre educação ambiental, concursos de desenho e redação e distribuição de material escolar.

Museu Vale do Rio Doce, na cidade de Vila Velha, no Espírito Santo

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa trata das relações entre os acionistas e a administração superior de uma empresa, para que o gerenciamento da organização resulte em aumento do seu valor de mercado. Para que tal objetivo seja cumprido, a Vale dispõe de diversos instrumentos que estabelecem os principais critérios de decisão da sua diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.

O modelo de governança da Vale está fundamentado nos princípios de clareza de papéis, transparência e estabilidade, necessários para posicionar a empresa em nítida trajetória de crescimento e criação de valor. A definição das políticas e diretrizes gerais da empresa, a avaliação de planos e projetos propostos pela diretoria executiva e a aferição dos resultados alcançados são funções do conselho de administração.

Para apoiar o conselho de administração na condução de suas atividades há cinco comitês de assessoramento: estratégico, financeiro, governança e ética, desenvolvimento executivo e auditoria. Os comitês representam fóruns de discussão onde são debatidas as diferentes visões de seus membros, o que permite maior amadurecimento e alinhamento das proposições. A diretoria executiva é responsável pela execução da estratégia de negócios, definida pelo conselho de administração, pela elaboração de planos e projetos e pelo desempenho operacional e financeiro da empresa.

O diretor-presidente escolhe os membros da diretoria executiva, que deverão ser ratificados pelo conselho de administração e atua como interface entre as duas instâncias.

OS NÚMEROS

As ações da Vale são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (Vale3 e Vale5), Bolsa de Valores de Nova Iorque – NYSE (RIO e RIOPR) e na Latibex (XVALP e XVALO). O volume médio diário negociado é de cerca de US$ 80 milhões. No ano passado, a Vale investiu um montante de US$ 3,332 bilhões. Do total orçado, 22,1% - US$ 736 milhões - foram alocados à sustentação dos negócios já existentes e 77,9% - US$ 2,596 bilhões - aos investimentos em crescimento orgânico. O valor destinado para crescimento orgânico foi composto por US$ 2,221 bilhões investidos em projetos e US$ 375 milhões em pesquisa e desenvolvimento.

Com recursos de minério de ferro suficientes para manter os níveis atuais de produção pelos próximos 200 anos, as ações da Vale tiveram valorização média anual de 32,7% em dólares norte-americanos durante os últimos 5 anos (1999-2003). No mesmo período, o índice S&P 500 valorizou-se apenas 1,8%.

Um dos principais projetos da fundação é o Museu Vale do Rio Doce. Instalado na sede da antiga estação ferroviária Pedro Nolasco, está localizado no município de Vila Velha, às margens da Baía de Vitória, no Espírito Santo.

Vista aérea da mina de cobre do Sossego, no Pará

INVESTIMENTOS EM 2006

O Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce aprovou o orçamento de investimento para 2006 no valor de US$ 4,626 bilhões, o mais elevado de sua história. A Vale inicia neste ano o desenvolvimento de novos projetos que, nos próximos anos, ampliarão sua capacidade de produção de minério de ferro, pelotas, bauxita, alumina, cobre e níquel. Serão realizados ainda dispêndios significativos na infra-estrutura de logística e energia elétrica destinada a suportar as atividades de mineração.

Os projetos, que estão previstos para entrar em operação entre 2006 e 2009, adicionarão consideráveis fontes de crescimento à geração de valor para os acionistas. Ao mesmo tempo, a execução desses projetos concorre para criação de dezenas de milhares de empregos em diversas regiões brasileiras, em especial em comunidades onde são limitadas as oportunidades de mobilidade econômica e social. Em 2006, a Vale irá gerar diretamente cerca de 136 mil postos de trabalho, o que representa aumento de 16,2% sobre o ano passado.

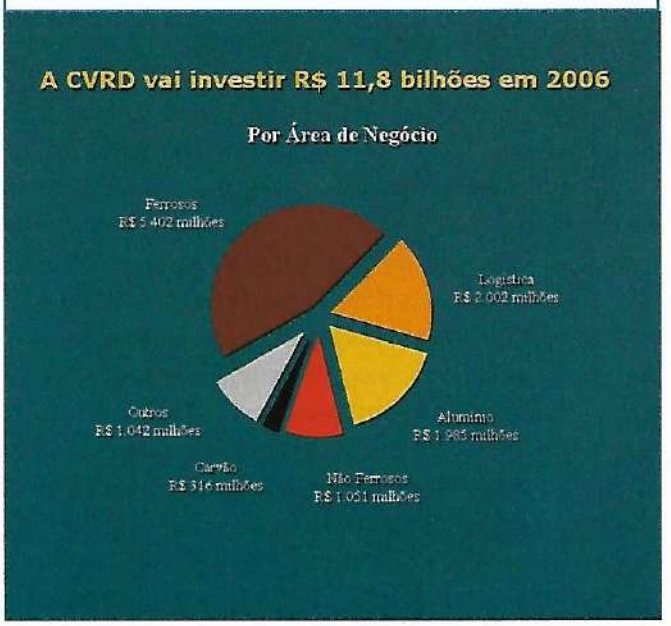
Na indústria do aço, área que a Vale procura atrair investimentos, fomentando e contribuindo com o desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira, estão previstos dois projetos, com investimento total estimado em US$ 2,8 bilhões durante os próximos três anos, que produzirão efeitos econômicos e sociais relevantes nas regiões em que se localizarão, Ceará e Rio de Janeiro.

Serão investidos US$ 3,558 bilhões em crescimento orgânico, correspondentes a 77% do investimento total programado. Isto compreende US$ 3,067 bilhões em projetos de novas minas e plantas (projetos *greenfield*) e expansão da capacidade de ativos já existentes (projetos *brownfield*).

Para a pesquisa e desenvolvimento (P&D) serão destinados US$ 491 milhões. Nessa área os objetivos básicos são a descoberta de novas jazidas minerais e a viabilização do desenvolvimento de depósitos identificados anteriormente. Já para a sustentação das operações existentes serão alocados US$ 1,068 bilhão em investimentos. Os negócios com minerais ferrosos receberão investimentos de US$ 2,118 bilhões, os negócios de alumínio receberão 17% dos dispêndios total, o mesmo percentual destinado será à área de serviços de logística, enquanto os minerais não ferrosos terão 9%.

O investimento previsto para 2006 apresenta elevação de 37,6%, US$ 1,265 bilhão, em relação ao realizado no ano passado, com a exclusão da aquisição da Canico. A aquisição de 99,2% do capital da Canico, juntamente com o Projeto do Vermelho, permitirá que a Vale ingresse no negócio de níquel como importante produtor global.

A CVRD vai investir R$ 11,8 bilhões em 2006



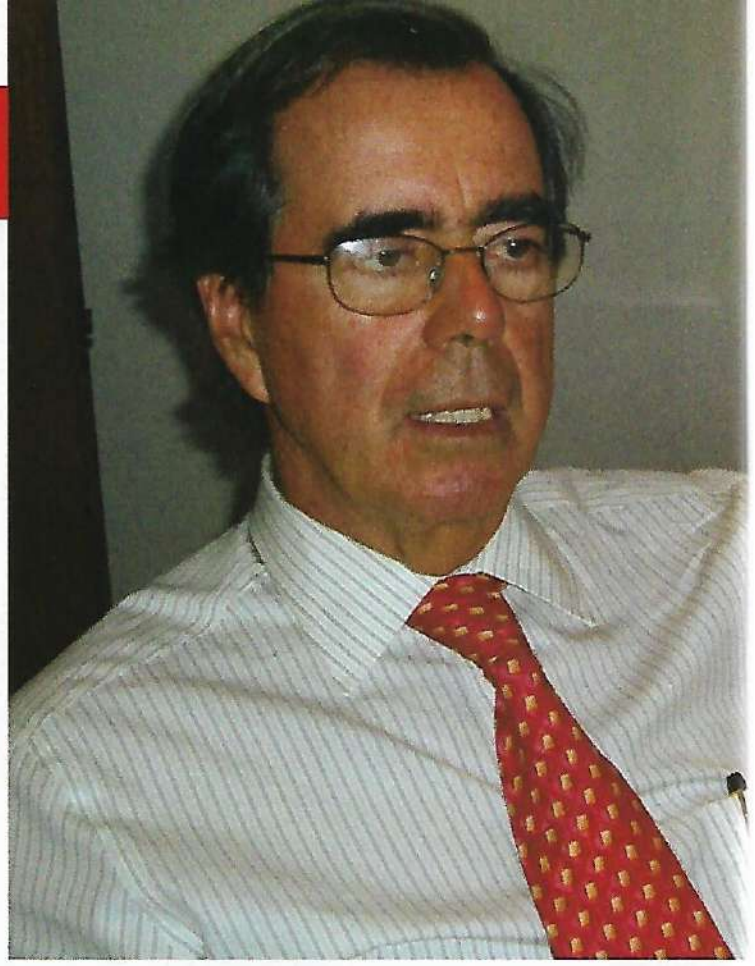
SoluçõesIntegradas**Bradesco**Corporate®

Só um Banco completo está em todas as etapas da sua cadeia produtiva e oferece as melhores soluções para a sua empresa.

Bradescompleto

Corporate

Carlos Langoni analisa cenário internacional



Para falar sobre economia mundial, seus principais desdobramentos e aspectos e a influência que exerce no Brasil, a Revista IBEF procurou o ex-presidente do Banco Central e, atualmente, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Langoni. Logo após voltar de uma viagem à China, onde conheceu de perto as razões que estão levando o gigante asiático crescer a taxas que chegam a quase 10% ao ano, Langoni concedeu a entrevista em que falou sobre a subida dos juros nos EUA, as diferenças do Brasil para outros emergentes que crescem com taxas maiores, o preço das *commodities*, o crescimento chinês, as últimas decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC) e suas expectativas para 2006. A seguir, os principais trechos da entrevista.

OS JUROS AMERICANOS

A subida dos juros nos Estados Unidos não irá acabar com essa fase de grande liquidez na economia mundial. O processo de ajuste das taxas de juros americanas e o pequeno aumento na União Européia fazem parte de uma estratégia que eu chamaria de decolagem suave. O que vai haver é um ajuste gradual das taxas. Na minha opinião, a liquidez hoje reflete um excesso de poupança a nível mundial. Isso deve manter as taxas de juros relativamente baixas em termos reais.

Nos próximos dois anos deverá haver apenas um pequeno aumento dos juros reais, porque a inflação deve permanecer abaixo de 3%, principalmente, nos Estados Unidos, Japão e União Européia. Os juros de curto prazo devem se aproximar de 5% nos Estados Unidos, 3% na União Européia e permanecer próximo a zero no Japão. Estamos falando ainda de uma situação em que os juros reais nos países desenvolvidos vão ficar na faixa de 1 ou 2% apenas. Portanto, não vai haver nenhuma mudança radical, a não ser em um cenário de desastre.

Se, por exemplo, houver uma perda de confiança nos EUA em função do seu déficit em conta corrente crescente ou ocorrendo uma queda livre do dólar. Fatos como esses poderiam exigir um salto nas taxas de juros pelo FED (Banco Central dos Estados Unidos) que, provavelmente, seria acompanhado pela União Européia.

Há a possibilidade ainda de um super aumento nos preços do petróleo, que geraria pressões inflacionárias e exigiria, como contra-partida, uma elevação maior nas taxas de juros. Mas isso é pouco provável.

BASE PARA O CRESCIMENTO

O processo de modernização e ajustamento da economia brasileira ainda está incompleto, além de ser muito recente. Os superávits primários começaram em 1999, depois da crise cambial. Os primeiros superávits comerciais aconteceram em 2002. O saldo positivo em conta-corrente a partir de 2003. Por isso é natural que a economia brasileira hoje apresente dificuldades. A expressão que uso é que ela é um automóvel que funciona com freio de mão puxado. A carga tributária brasileira chega a 37% do PIB, o dobro, por exemplo, da China continental, que cresce a 9,5%. E o juros reais também são muito elevados, na faixa de dois dígitos,

mesmo em comparação com outras economias emergentes. O que prevalece nesses países são juros reais de 2 a 3%. Evidente que mudar isso exige uma melhoria na política macro-econômica e, principalmente, na qualidade do ajuste fiscal. Atacar a questão do gasto corrente, pelo menos estabilizando seu crescimento em termos reais. Nesse caso, teríamos espaço para manter por mais tempo o superávit primário numa taxa elevada, em torno em 5% do PIB, para depois reduzir gradualmente. E com isso, ter mais espaço para diminuir a carga tributária e os juros reais. Isso é perfeitamente possível nos próximos anos. Quando isso acontecer a resposta da economia brasileira será naturalmente uma elevação da taxa de crescimento potencial que hoje de fato está limitada a 3,5 - 4%.

"A carga tributária brasileira chega a 37% do PIB, o dobro, por exemplo, da China continental, que cresce a 9,5%. E o juros reais também são muito elevados, na faixa de dois dígitos, mesmo em comparação com outras economias emergentes. O que prevalece nesses países são juros reais de 2 a 3%."

MÉDIO PRAZO BRASILEIRO

O Brasil está na ante-sala do crescimento sustentável. É possível imaginar um cenário próximo em que daríamos um salto qualitativo de competitividade. Duas coisas aconteceriam. O país avançaria nas reformas tributária e previdenciária, por exemplo, com as desindexações das pensões em relação ao salário mínimo. Isso abriria espaço para a redução do déficit da previdência. Na área tributária, a unificação do ICMS e, principalmente, o início da redução das alíquotas da CPMF. Na área trabalhista é fundamental diminuir a carga tributária que incide sobre a mão-de-obra e o emprego formal para reduzir a informalidade. Tudo isso teria um impacto muito grande, aumentaria a produtividade e elevaria a taxa de crescimento da economia. A outra componente fundamental para esse salto qualitativo é o Brasil avançar num novo ciclo de abertura comercial negociada. Tem que haver de fato uma redução de tarifas que incidem sobre alguns segmentos da área industrial e do setor de serviços. Precisamos aumentar as importações. Essa é uma forma inteligente para corrigir eventuais excessos na valorização do real e na taxa de câmbio. Abrir mais a economia, aumentando a demanda por importações. Por outro lado, temos que criar acessos aos mega mercados, seja através das negociações multilaterais como a rodada de Doha, fundamentais para o país, seja através de negociações que provavelmente vão acontecer após a rodada que devem incluir a União Européia e a ALCA. Isso seria fundamental para sustentar o crescimento das exportações brasileiras. Se conseguirmos combinar essa melhoria na qualidade do ajuste fiscal com um novo ciclo de abertura da economia brasileira, que mantenha um coeficiente positivo e, além disso, a inflação for mantida sob controle, teremos naturalmente um aumento na taxa de poupança, que hoje ainda está muito baixa - em torno de 21% do PIB. Essa taxa pode e deve chegar a 25 ou 26%. Com isso, teremos todas as condições do país dar um salto qualitativo, passando a crescer em torno de 6% ao ano, o que nos aproximaria da Rússia, da Índia e da China. Não existem atalhos mágicos. O perigo é tentar crescer, por exemplo, aumentando gastos públicos, o que não funciona, pois só gera um aumento transitório de consumo e pressões inflacionárias e até desequilíbrios externos. Portanto, o que o Brasil tem que fazer é preservar essa arquitetura macro-econômica consistente, que foi construída com muito sacrifício nos últimos anos, e melhorá-la do ponto de vista qualitativo. Com tudo isso, os juros reais certamente cairiam para 4%, a inflação estabilizaria num nível inferior a 5% e o crescimento do PIB poderia saltar para 5 ou 6%. É um cenário que exige enorme capacidade de liderança e vontade política.

QUEDA DO PIB

Essa queda não significa muito. O importante é manter uma visão de médio prazo. O PIB brasileiro, como em vários países, ainda é muito volátil. Os dados que saíram no final do ano sobre a produção industrial já mostraram um cenário não tão desfavorável. O que aconteceu foi um ajuste de estoque e uma queda da produção agrícola. Eu não vejo nenhum sinal que o Brasil

possa entrar numa fase recessiva. A economia vai se recuperar. O importante é manter o Brasil crescendo numa taxa média de 3,5%, até que essas reformas todas que mencionei possam ser realizadas. Até completarmos o ajuste da economia brasileira de forma que ela tenha condições de dar um salto de crescimento com qualidade. E não crescer com mais inflação, como a Argentina está fazendo. Nós queremos crescer com inflação baixa, pois é isso que vai ter conseqüências muito positivas no ponto de vista distributivo.

"O PIB brasileiro, como em vários países, ainda é muito volátil. Os dados que saíram no final do ano sobre a produção industrial já mostraram um cenário não tão desfavorável. O que aconteceu foi um ajuste de estoque e uma queda da produção agrícola. Eu não vejo nenhum sinal que o Brasil possa entrar numa fase recessiva."

OMC

Os subsídios agrícolas, seja na forma de incentivos domésticos ou proteção tarifária ou não tarifária, impostos tanto pelos EUA e a União Européia, não vão durar muito tempo. É uma questão que terá que ser revisada pela OMC. O orçamento da União Européia não suporta mais esse nível de proteção. Até por uma questão fiscal, eles vão ter que reduzi-lo. Para o Brasil isso é fundamental. É da maior importância para economia brasileira e, principalmente, para o setor agrícola, que aconteça uma abertura maior para que possamos maximizar as nossas vantagens comparativas, que nesse segmento são enormes. As reividicações junto à OMC são justas. Fica difícil explicar porque essa resistência dos países europeus de rever proteções absurdas como no caso do açúcar. Acredito que o bom senso irá prevalecer. E mesmo que seja um processo gradual nós devemos assistir, a partir dos próximos anos, o desmantelamento dessas barreiras. O Banco Mundial estima que o Brasil é um dos países que mais terá a ganhar, com aumento estimado em mais de 30% na produção agrícola, se houver uma redução radical das barreiras protencionistas que os países desenvolvidos utilizam.

"O cenário que estou trabalhando é de uma economia mundial que vai desacelerar de forma gradual. Mas, não há nisso nenhuma previsão de descontinuidade recessiva."

CÂMBIO BRASILEIRO

Para as exportações brasileiras, uma demanda externa robusta é mais importante do que a taxa de câmbio. O câmbio brasileiro hoje é vítima do seu próprio sucesso. A variação cambial reflete toda a melhoria da percepção do risco-país, a virada nas contas externas, o avanço do ajuste interno, com a estabilização e queda da relação dívida pública / PIB. Em resumo, o Brasil tem hoje um novo patamar de câmbio real, mas isso não quer dizer que as exportações vão deixar de crescer. Provavelmente, vão crescer menos ano que vem. Mas, se a demanda externa continuar robusta e o preço das *commodities* continuar num patamar elevado, as exportações vão crescer em torno de 8 – 10%. Provavelmente, vamos ter outro mega superávit comercial na faixa de US$ 35 bilhões.

2006

O cenário que estou trabalhando é de uma economia mundial que vai desacelerar de forma gradual. Mas, não há nisso nenhuma previsão de descontinuidade recessiva. Tivemos um crescimento de cerca de 4,3% em 2005. Em 2006, essa taxa deve cair para 4%, portanto um número ainda bastante significativo. Nos EUA, a previsão é de que o crescimento americano continue praticamente o mesmo, ou seja, nessa faixa de 3,5% ao ano. A União Européia, na área do euro, vai crescer provavelmente ainda abaixo de 2%. Então, minha expectativa para 2006 é uma economia mundial ainda com liquidez abundante, juros reais baixos e um crescimento expressivo ainda que num ritmo um pouco mais lento.

→ Regulamentação Setorial

Cursos e Treinamento ←

→ Comissões Técnicas

Centro de Informação ←

→ Inspeção e Certificação

Congressos e Exposições ←

→ Normalização Setorial

Publicações ←

Com quase 50 anos de atuação, o **Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP** é uma organização que promove o desenvolvimento do setor nacional de petróleo e gás

www.ibp.org.br

•

ibp@ibp.org.br

Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

Av. Almirante Barroso, 52 / 26º andar • Centro
CEP 20031-000 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (21) 2112-9000 • Fax: (21) 2220-1596

clube de idéias • imagens: PETROBRAS

*Marcelo Bacellar**

Perspectivas para 2006

A forma de condução da economia sempre provoca intensos debates, principalmente em ano eleitoral. Discute-se um pouco de tudo: o movimento dos juros, a qualidade dos investimentos estatais, os pagamentos antecipados de dívidas, a "operação tapa-buracos", a possível influência das CPIs dos Correios e dos Bingos e demais assuntos viram pautas e preenchem os espaços na mídia.

No Brasil, historicamente, próximos às eleições, em busca de novo mandato ou de garantir a vitória de seus candidatos, os governos nem sempre se mantêm austeros como deveriam. E as oposições, raramente, conseguem segurar rompantes de radicalização e destempero. É um ano atípico e mais estranho ainda será esse que se inicia com uma eleição com tantas singularidades como essa. Econômicas e políticas.

Desde a chegada de Lula ao Planalto, muita coisa tem surpreendido tanto seus eleitores, como aqueles que não votaram nele. O fato é que, após três anos de governo, o clima entre a população não é nem de longe aquele otimismo de 2002. Ao contrário, hoje, a desilusão parece tomar conta da maioria do eleitorado. Mantendo os mandamentos da política econômica de seu antecessor e sem grandes progressos a mostrar nas áreas sociais, que eram seus principais focos, o primeiro governo do PT em âmbito federal chega à sua campanha de reeleição fragilizado também por denúncias graves de mau uso da máquina pública.

Apesar desse turbilhão ético envolvendo o partido do governo, até o momento, a condução austera e responsável da economia parece ser a principal fonte de dividendos eleitorais. Mesmo que surpreendente, a verdade é que, politicamente, o presidente Lula vai colher os frutos da manutenção e do aprofundamento da estabilidade econômica nos seus três anos à frente do Estado brasileiro. Se para uns, a obra é pequena, outros exaltam suas conquistas. Assim se faz um debate eleitoral.Um dos pontos dessa discussão são os números recentes do nosso crescimento econômico. Ele foi em grande parte motivado pelo cenário externo ou, realmente, o Brasil fez o "dever de casa"? Os críticos dizem que foi insuficiente e até pífio. Os governistas afirmam que foi bom ter conseguido acompanhar o cenário internacional. O fato é que, apesar do Ministério da Fazenda e do Banco Central terem seguido boa parte da cartilha monetária ortodoxa, os índices de crescimento do Brasil ainda são relativamente baixos,sem falar que os números do governo Lula se devem mais à reativação de capacidade produtiva ociosa pré-existente do que à ampliação do parque industrial. O Brasil seguiu o consenso de Washington em boa parte, mas isso não alavancou o seu desenvolvimento em níveis suficientes para ter perspectivas de ascender a país desenvolvido nas próximas décadas. Na verdade, nossa posição relativa, que já chegou a ser a de 8º país industrial do ocidente no tempo de João Figueiredo, continua caindo.

Há razões para acreditar que o mundo continuará crescendo com bons índices como afirmam diversos analistas da economia mundial. Por aqui, em ano eleitoral ou não, o fato é que o Brasil precisa definitivamente engatar seu vagão nessa locomotiva, caso contrário, poderá assistir de longe o progresso de outras nações com potencial até menor que o nosso. A dúvida é se temos condições e somos seguros para receber os recursos necessários para entrarmos definitivamente na lista de países com índices de desenvolvimento e crescimento robustos.

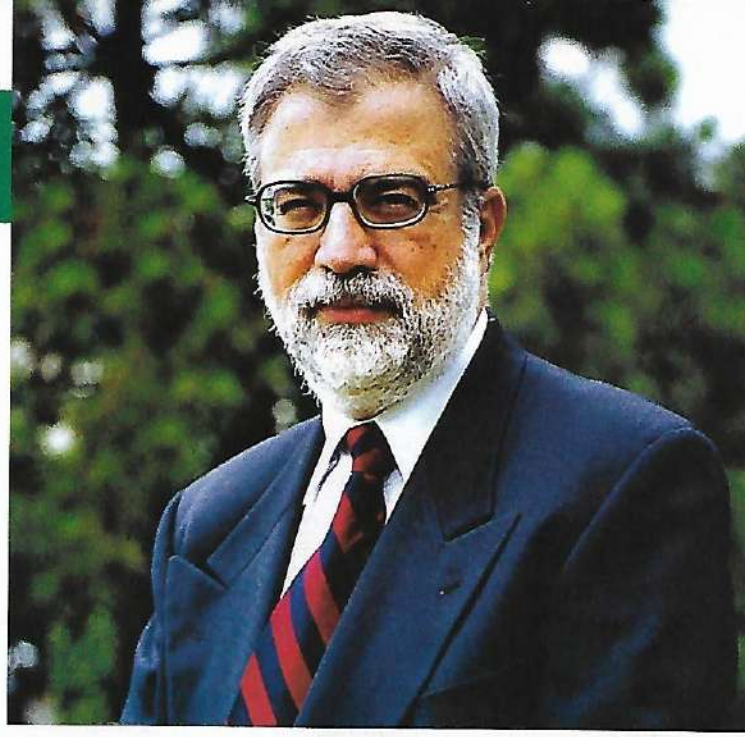
Mantendo-se a polarização PT/PSDB na política nacional, os agentes econômicos se manterão tranquilos, pois tudo irá permanecer nos patamares atuais. Principalmente, em caso de reeleição do presidente Lula, se ele conseguir segurar as pressões da esquerda do seu partido e dos aliados. Mesmo se ceder aos apelos populistas, o que importa é manter a previsibilidade na condução da política econômica e no estabelecimento das metas de inflação. Isso parece ser claro para todos.

O cenário de 2006 na América Latina também é estranho, principalmente, para os donos dos capitais de investimentos. Com a vitória esmagadora da esquerda no continente, a postura geral é de desconfiança e expectativa. O momento é propício para a identificação de quem realmente tem responsabilidade com o futuro. As opções tomadas agora vão determinar que países vão crescer e receber investimentos. O volume desses recursos vai depender diretamente da percepção dos centros decisórios (EUA/Europa) sobre os caminhos políticos e econômicos do Brasil e da América Latina. No futuro breve, seja em 2006 ou nos próximos anos, nosso país, assim como todo continente, com governos de esquerda ou direita, terão que se posicionar como captadores de recursos do mundo e não como uma região que recebe apenas as sobras dos investimentos do capital produtivo.

* *Jornalista responsável pela Revista IBEF*

Entrevista

Gustavo Loyola



O entrevistado do terceiro número da Revista IBEF é Gustavo Jorge Laboissière Loyola, sócio da Tendências Consultoria Integrada, empresa de consultoria econômica e política sediada em São Paulo. Os períodos de maior exposição pública da sua carreira até hoje foram ao assumir por duas ocasiões a presidência do Banco Central: primeiro, de novembro de 1992 a março de 1993. Depois, entre junho de 1995 e agosto de 1997.

Como funcionário de carreira do Banco Central foi diretor de Normas do Mercado Financeiro da instituição, entre março de 1990 e novembro de 1992, entre outros cargos, como o de chefe do departamento de Normas do Mercado de Capitais.

Gustavo Loyola é doutor pela escola de pós-graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas, onde também cursou o mestrado na mesma matéria. Publicou o livro "Preços relativos em um processo inflacionário" em 1991, pela editora da fundação. Na área acadêmica foi também professor de teoria monetária e macroeconômica da FGV, em São Paulo, em 1988 e 1989.

Nosso entrevistado dessa edição falou sobre 3 temas escolhidos pela revista. Primeiro sobre a economia mundial e as oportunidades que se apresentam para o Brasil no contexto internacional. Depois, fez uma crítica da política monetária do atual governo federal e, por fim, nos brindou com suas idéias sobre a gestão dos gastos públicos no país.

ECONOMIA MUNDIAL

Revista IBEF: A economia mundial está com uma liquidez muito forte. O Brasil está sabendo aproveitar este momento?

Gustavo Loyola: Não resta dúvida que essa liquidez está favorecendo o Brasil. Os indicadores apontam positivamente: o plano de risco, a taxa de câmbio e as próprias colocações de título por parte do tesouro e de empresas brasileiras. A economia brasileira tem se beneficiado tanto da liquidez como do bom preço das *commodities*. Elas têm favorecido muito a balança comercial brasileira. Nós estamos sendo beneficiados, mas não estamos aproveitando essa maré favorável da economia internacional para avançarmos nas reformas. Sob esse ponto de vista é decepcionante. Esperava-se que 2005 fosse um ano positivo para as reformas, já que não era um ano eleitoral. Os anos ímpares são os mais favoráveis. Infelizmente a crise política e a desarticulação do governo e sua base, que já vinha desde 2004, agravaram-se. Teve o episódio da eleição e queda de Severino, as CPIs e as denúncias. O governo está paralisado em muitas das suas políticas. Não temos feito investimentos em infra-estrutura. As parcerias público-privadas estão paradas. O governo não tem uma visão muito clara sobre as questões e os princípios da economia de mercado. Tem hora que mostra um viés fortemente intervencionista que dificulta a participação e os investimentos do setor privado. Falta articulação. Os jornais recentemente divulgaram matérias sobre o setor elétrico mostrando que as empresas do setor não conseguem o licenciamento ambiental. Há uma dificuldade grande de se colocar em licitação as hidroelétricas. Quer dizer, isso vai fazer falta pro Brasil mais na frente. Eu diria que embora o país esteja sendo beneficiado pela situação atual da economia mundial, nós não estamos aproveitando as oportunidades.

> **"Esperava-se que 2005 fosse um ano positivo para as reformas, já que não era um ano eleitoral. Os anos ímpares são os mais favoráveis. Infelizmente a crise política e a desarticulação do governo e sua base, que já vinha desde 2004, agravaram-se."**

Revista IBEF: Essas questões citadas seriam os principais entraves para aumentar os investimentos externos no país?

Gustavo Loyola: Em alguns setores sim. Existem muitos interessados, a princípio, de investir em infra-estrutura no país. Mas as coisas não andam. O governo anunciou que faria licitação de rodovias em 2005 e não fez. A culpa não é só do Executivo. Existem problemas no Judiciário e no Legislativo. No caso das rodovias tem uma série de tecnicalidades e problemas que são colocados pelo Tribunal de Contas da União. O problema não é exatamente o tribunal se insurgir contra determinadas cláusulas, mas o fato é que não anda. Em vez de ser resolvido, fica parado, pois não há um sentido de urgência. Não há foco, uma linha mestra para conduzir os trabalhos. Fica muito disperso e o que se vê são alguns indivíduos, isoladamente, que tentam, num ato quase heróico, levar as coisas para frente, mesmo diante de todas essas dificuldades.

Revista IBEF: Há estímulos para o capital estrangeiro investir no país?

Gustavo Loyola: Há interesses em várias áreas. Por exemplo, o setor do agronegócio. A infra-estrutura também precisa de investimentos. Se não tivéssemos tantos problemas regulatórios, certamente receberíamos mais recursos nesses setores. E não é só o problema regulatório. Envolve também questões judiciárias, como a ação de governadores como o Roberto Requião, do Paraná, que foi à Justiça contra os pedágios. Isso afugenta os investidores. Mas há interesse porque existe uma percepção que a infra-estrutura no Brasil é muito pobre. Existe uma forte demanda e a necessidade de se ter mais recursos para algumas áreas extremamente carentes. Nessa conjuntura há a percepção que investir no país pode ser um bom negócio.

Revista IBEF: Que tipo de mudanças seriam mais urgentes para diminuir o custo Brasil?

Gustavo Loyola: A agenda interna é mais importante. A reforma fiscal, diminuir os gastos públicos e, a partir disso, reestruturar o sistema tributário. A reforma trabalhista também é necessária. Há urgência também de se tomar algumas medidas, que parecem pequenas isoladamente, mas que no conjunto fazem uma grande diferença. Um exemplo disso é o excesso de burocracia que as empresas têm que enfrentar no Brasil. Outro exemplo é a questão regulatória, que é muito importante para aqueles que atuam em setores regulados, como: energia, telecom, etc. A gente pode falar de vários tipos de reformas que são urgentes para diminuir os custos do capital e da intermediação financeira, que no Brasil são muito altos. São coisas que se pode fazer gradualmente. Para não ficar só em críticas ao governo, ele teve umas iniciativas muito boas na reforma do Judiciário. Existem várias medidas em discussão no Congresso Nacional que são complementares à reforma do Judiciário. Mas, infelizmente, está tudo parado. São coisas que isoladamente não fazem o verão, nenhuma andorinha sozinha faz o verão, mas em conjunto podem representar uma grande melhora.

"A infra-estrutura também precisa de investimentos. Se não tivéssemos tantos problemas regulatórios, certamente receberíamos mais recursos nesses setores."

Revista IBEF: Alguns economistas defendem que os índices de desenvolvimento econômico e social no Brasil devem ser considerados ativos estratégicos em vez de passivos externos. Qual sua opinião sobre esse assunto?

Gustavo Loyola: Um país deve ser analisado pelo seu conjunto. Os índices sociais no Brasil são negativos mas mostram um avanço muito grande nos últimos anos. Quando se publicam esses números há um foco exagerado nos aspectos mais negativos, sem levar em consideração que eles melhoraram muito. O problema maior do Brasil, sob o ponto de vista dos seus indicadores sociais, são as desigualdades. De qualquer forma, aconteceram avanços consideráveis em educação, saúde, mortalidade, etc. Isso é fruto de algumas políticas que foram implantadas nos últimos anos. Não estou falando desse governo, mas principalmente do anterior, pois essas ações demoram para dar resultado. E outra

"A autonomia do Banco Central é importante. Só traria benefícios. Asseguraria aos agentes econômicos que o Brasil não é um país que está sujeito à inflação. O BC teria autonomia para combater a inflação. Isso possibilitaria a prática de juros reais mais baixos."

A cultura de *partnership* é o nosso grande diferencial e a performance de nossa equipe nosso maior ativo.

Uma trajetória construída
com rigoroso controle de risco
e foco na preservação de capital.

Rio de Janeiro
Tel (55-21) 2588-4900

São Paulo
Tel (55-11) 3046-2000

www.pactual.com.br

PACTUAL

coisa, o mercado é pragmático. Quando se analisa um país, muitas vezes, está se buscando ver qual é a sua capacidade de pagamento. Os outros atributos são desejáveis também, mas não é isso que os investidores discutem na hora de decidir onde colocam seus recursos.

POLÍTICA MONETÁRIA

Revista IBEF: Fomos uma das maiores inflações mundiais e somos os campeões de juros reais. Trocamos um problema pelo outro?

Gustavo Loyola: Acho que não. A inflação brasileira ainda é alta para os padrões mundiais. Pode cair muito. A questão dos juros altos têm várias origens e razões e uma delas é que o Brasil esteve sujeito a alguns choques externos. Em parte os altos juros brasileiros são explicados pela maior suscetibilidade da economia brasileira à inflação. Quando o Brasil começa a crescer um pouco, têm aumentos de preços que exigem do Banco Central uma ação mais forte na taxa de juros. Se você fizer uma comparação, vai ver que na média a taxa de juros está menor que em períodos anteriores. Há uma tendência de queda e se o Brasil continuar se desenvolvendo institucionalmente, a taxa de juros real ficará mais equilibrada.

Revista IBEF: Qual sua opinião sobre a autonomia do Banco Central?

Gustavo Loyola: Acho que é importante. Só traria benefícios. Asseguraria aos agentes econômicos que o Brasil não é um país que está sujeito à inflação. O BC teria autonomia para combater a inflação. Isso possibilitaria a prática de juros reais mais baixos.

Revista IBEF: Qual sua opinião sobre a política monetária?

Gustavo Loyola: Olhando estritamente o controle dos gastos, ela não está mal. Ela está bem. O problema que esse controle de gastos é feito de forma errada. Estão controlando os gastos com investimentos e expandindo os gastos de custeio e com a previdência. É o tipo do gasto errado. E além disso, há uma percepção de que, em algum momento, essa panela de pressão pode estourar. Daqui a pouco não será possível continuar segurando o gasto público. É como se estivessem de fato tampando a saída de uma panela de pressão, ou seja, isso vai trazer problema em algum momento.

CONTAS PÚBLICAS

Revista IBEF: Em recente entrevista o professor Milton Friedman, ao ser perguntado sobre déficit zero, disse: "Não preocupo com orçamento equilibrado e sim com orçamento pequeno". Seria este o nosso principal problema macro-econômico?

Gustavo Loyola: O Friedman é um liberal. Quanto menos governo para ele, melhor. Eu defendo um governo que também não entre em setores que a iniciativa privada possa exercer sua função com mais capacidade. O governo, principalmente em países como o Brasil, tem um papel importante a desempenhar, realizando certos tipos de investimento que o setor privado não faz. Uma coisa é você falar em Estado pequeno, mínimo, em países com os Estados Unidos. Mesmo assim, você vê problemas como o que houve em Nova Orleans. O Brasil é um país pobre, com diversas necessidades, não dá para falar em Estado mínimo. O que pode se falar é num Estado qualitativamente melhor do ponto de vista das suas despesas e da sua arrecadação. Tem que ser um Estado que use as suas receitas, tiradas da sociedade via tributos, para devolver esse valor em forma de serviços que alavanquem o crescimento do país e promovam o fim da desigualdade social. O Brasil é muito grande. O país tem em torno de 20 a 25% de carga tributária e em relação ao PIB, chega a 35%. Há espaço para diminuir um pouco o tamanho do governo em relação ao PIB. Mas isso é mais fácil de fazer com o crescimento do PIB do que com uma redução abrupta. Há um esforço muito grande a ser feito para melhorar a qualidade do gasto público no Brasil.

"O Brasil é um país pobre, com diversas necessidades, não dá para falar em Estado mínimo. O que pode se falar é num Estado qualitativamente melhor do ponto de vista das suas despesas e da sua arrecadação."

Revista IBEF: É verdade que um país que tem uma carga tributária tão alta e ainda precisa se endividar tem problema de despesa e não de receita? Precisamos de uma reforma orçamentária?

Gustavo Loyola: O problema do Brasil começa na despesa pública. Se você pudesse cortar a despesa ficava mais fácil. É necessário que a reforma da previdência vá mais fundo. É preciso também fazer a reforma orçamentária, reduzindo o grau de vinculação do orçamento público no Brasil.

Revista IBEF: Essas reformas devem começar logo ou é preciso primeiro arrumar as contas do governo?

Gustavo Loyola: Essas reformas não acontecem da noite para o dia. Vão acontecendo gradualmente e não há problema em haver uma certa simultaneidade entre elas. O mais importante é que o país comece o mais rápido possível na direção dessas reformas. Quanto antes, melhor.

*Marco Valadares**

A evolução das metodologias para gerenciamento de riscos

Após os eventos que abalaram grandes corporações nos anos de 2001 e 2002, identificou-se a necessidade de mudar os modelos de gestão e controle das empresas. Uma das maneiras de se operacionalizar esta mudança foi trazendo conceitos de gestão de riscos para dentro do dia-a-dia dos executivos. Atualmente, procurando minimizar os efeitos do passado, nossas organizações buscam: conquistar e manter a credibilidade, ser resiliente para se recuperar após a ocorrência de eventos não previstos, e ser capaz de planejar melhor uma estratégia de longo prazo condizente com suas operações e características culturais.

Entre os aspectos relevantes para a implantação de um modelo de gestão de riscos está a seleção e customização de uma metodologia adequada para as necessidades de cada organização. Quase como uma resposta direta a estas necessidades, importantes trabalhos na área de gestão de riscos foram lançados ou revisados, como por exemplo, o ISO Guide 73, a norma australiana/neo-zeolandesa AS/NZS 4360 e o COSO.

Apesar da importância destas referências, o modelo de avaliação de controles internos criado pelo COSO ou *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission* (comitê internacional, patrocinado pelas cinco maiores associações profissionais dos Estados Unidos) tem maior divulgação no Brasil. Até mesmo porque este modelo serviu como base para um dos artigos mais importantes da Sarbanes-Oxley (regulamentação norte-americana que exige um novo patamar de governança corporativa, estruturação dos controles internos e o gerenciamento de riscos).

Para citá-lo como exemplo, em função da importância dada ao gerenciamento de riscos nos dias atuais, o COSO atualizou seu modelo, cuja primeira versão, intitulada *Internal Controls Framework,* era representado por um cubo com cinco componentes: ambiente de controles (*control environment*), avaliação de riscos (*risk assessment*), controles internos (*internal controls*), comunicação (*communications*), e monitoramento (*monitoring*).

Na versão atual do modelo, além da mudança do nome, que passou a ser *Enterprise Risk Management Integrated Framework*, a principal mudança foi feita exatamente na etapa de gestão de riscos, único componente a ser desdobrado em quatro novos componentes: definição de objetivos (*objective setting*), identificação de eventos (*event identification*), avaliação de riscos (*risk assessment*), resposta aos riscos (*risk response*).

É importante destacar que estas metodologias são válidas e aplicáveis, além do fato de apresentarem similaridades em diversos aspectos e conceitos. Todas ressaltam que ao gerenciar riscos, deixamos o passado de lado e olhamos para o presente e o para o futuro. Nossos recursos são alocados em função dos riscos (e das oportunidades), deixando de lado os controles burocráticos que não geram benefícios para a organização.

Estamos caminhando para um novo patamar dos modelos de gestão, onde o gerenciamento de riscos é parte integrante da cultura das organizações e trabalhamos para que, em breve, o gerenciamento de riscos não seja um privilégio exclusivo aos especialistas no tema, mas sim responsabilidade de todos os funcionários.

* *Sócio-diretor da Compass*

PETROQUÍMICA

Unipar conclui seus investimentos no Pólo Petroquímico do Rio

A ampliação do pólo de São Paulo é o próximo passo

Com investimentos da ordem de US$ 1 bilhão de dólares, o Complexo Integrado da Rio Polímeros S.A (Riopol) iniciou no final do mês de novembro sua produção de polietilenos. O maior empreendimento do setor petroquímico construído nos últimos anos na América Latina encontra-se instalado próximo à Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no distrito de Campos Elíseos, município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. A Riopol é atualmente o único produtor de polietilenos no Brasil que utiliza frações do gás natural como matéria-prima.

Visão aérea das instalações da Rio Polímeros

Um dos principais acionistas desse importante empreendimento é a UNIPAR - União de Indústrias Petroquímicas S.A., que congrega nove empresas do setor petroquímico. "O Grupo União foi responsável pela construção em São Paulo da Petroquímica União (PQU), que iniciou suas operações em 1972, e deu origem ao primeiro pólo petroquímico do Brasil. Posteriormente, o grupo consolidou outros investimentos para formar uma sociedade de capital aberto, a Unipar", explica seu presidente, Roberto Garcia.

Além da Petroquímica União (PQU), faziam parte do patrimônio inicial da Unipar a Poliolefinas, a Carbocloro, a Empresa Brasileira de Tetrâmero, a Brasivil-Resinas Vinílicas e a Copamo – Consórcio Paulista de Monômero.Na última década, acompanhando a tendência mundial de concentração em *core businesses*, a Unipar foi gradativamente trocando seu perfil abrangente e multissetorial por um enfoque mais específico, tanto em termos geográficos, pois centrou seus investimentos no eixo Rio-São Paulo, quanto em termos de produção, hoje direcionada para as petroquímicas de primeira e segunda gerações.

A escolha pela região Sudeste para implantar a Riopol deveu-se, entre outros fatores, à concentração do mercado consumidor de petroquímicos e à proximidade da fonte da matéria-prima, oriunda do gás natural da Bacia de Campos. "Petroquímica rentável se faz onde há mercado e matéria-prima. Por este motivo, a concentração de ativos do Grupo Unipar no sudeste é estratégica. A região detém cerca de 70% do mercado brasileiro de produtos petroquímicos e tem as principais reservas de petróleo e gás do país, fonte das matérias-primas", explica Garcia. A indústria petroquímica cresce em geral o dobro do desempenho da economia do país, o que leva a um quadro de demanda adicional a ser atendida. Além disso, o consumo *per capita* brasileiro ainda é pequeno, com um grande potencial de crescimento. "O Brasil tem boas condições para a expansão da indústria petroquímica. Temos excelentes fontes de petróleo e gás, além de considerável mercado atual e com grande potencial de crescimento, principalmente na região

A Unipar foi gradativamente trocando seu perfil abrangente e multissetorial por um enfoque mais específico, tanto em termos geográficos, pois centrou seus investimentos no eixo Rio-São Paulo, quanto em termos de produção, hoje direcionada para as petroquímicas de primeira e segunda gerações.

sudeste", comenta o presidente da Unipar.

Segundo seu presidente, com a Riopol, o Grupo Unipar estará gerando direta ou indiretamente cerca de 5.000 empregos no Rio de Janeiro. "Com esse novo ciclo de crescimento, a Unipar dará mais uma importante contribuição para a expansão do mercado nacional e fortalecerá sua posição no setor petroquímico brasileiro, configurando um porte compatível ao de empresas petroquímicas de nível internacional", diz Garcia.

Depois de totalmente concluída a implantação da Riopol, a Unipar pretender focar seus investimentos na expansão do pólo de São Paulo, com um projeto que vai valorizar a petroquímica do ABC paulista. "A primeira etapa de nossos projetos em São Paulo estará concluída em 2008. O crescimento continuado da economia brasileira sustenta os planos da Unipar de alcançar em São Paulo escala de produção superior a 1,2 milhão de toneladas de eteno em 2010. O valor total dos investimentos previstos para a petroquímica paulista até o final da década supera R$ 3 bilhões", completa Garcia.

"Com esse novo ciclo de crescimento, a Unipar dará mais uma importante contribuição para a expansão do mercado nacional e fortalecerá sua posição no setor petroquímico brasileiro, configurando um porte compatível ao de empresas petroquímicas de nível internacional." Roberto Garcia, presidente da Unipar.

Foto noturna dos equipamentos da Rio Polímeros

O que é a Riopol?

Usando tecnologia limpa, a Riopol fabrica polietileno linear do gás natural proveniente da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. A estrutura da Riopol integra a primeira e a segunda gerações petroquímicas. Com tecnologias ABB Lummus e Univation, a Riopol produz aproximadamente 520 mil toneladas de eteno, 75 mil toneladas de propeno e 540 mil toneladas anuais de polietilenos.

GAIA · SILVA · ROLIM & ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Direito Empresarial:
Tributário · Societário · Ambiental · Oil & Gas · Minerário
Aeronáutico · Financeiro · Concorrência · Consumidor

SÃO PAULO
Fone **(11) 3291-7400** Fax (11) 3101-2226
Rua da Quitanda, 126 Centro
01012-010 São Paulo-SP
gaiasp@gaiasilvarolim.com.br

RIO DE JANEIRO
Fone **(21) 3852-3600** Fax (21) 2242-9101
Av. Rio Branco, 116 9º e 10º andares
20040-001 Rio de Janeiro-RJ
gaiarj@gaiasilvarolim.com.br

BELO HORIZONTE
Fone **(31) 2104-2800** Fax (31) 2104-2828
Av. Afonso Pena, 3111 7º, 8º e 14º andares
30130-008 Belo Horizonte-MG
gaiabh@gaiasilvarolim.com.br

CURITIBA
Fone **(41) 3304-8800** Fax (41) 3304-8812
Rua Marechal Deodoro, 344 14º andar
80010-909 Curitiba-PR
gaiapr@gaiasilvarolim.com.br

BRASÍLIA
Fone **(61) 3328-2706** Fax (61) 3328-3834
SRTVN Quadra 701 C Ala B
Salas 515 a 519 70710-200 Brasília-DF
gaiadf@gaiasilvarolim.com.br

www.gaiasilvarolim.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · BELO HORIZONTE · CURITIBA · BRASÍLIA

ESCRITÓRIOS ASSOCIADOS / CORRESPONDENTES: BUENOS AIRES · LISBOA · LOS ANGELES · MIAMI · NEW YORK

*Ney Roberto Ottoni de Brito**

Cenário de valor e risco de mercados em 2006

Como é do conhecimento geral, o momento político atual é delicado com a evidência de utilização generalizada de práticas pouco recomendáveis e eticamente questionáveis. As deficiências na estrutura do sistema político brasileiro geram fortes choques internos entre seus partidos e figurantes, em uma clara antecipação do cenário eleitoral, com demandas sociais crescentes por crescimento e ganhos econômicos. Esta conjunção de choques políticos com demandas econômicas torna absolutamente fantasiosa a proposição de que economia brasileira evolui e evoluirá bem independentemente dos choques políticos – a ilusão de que a economia brasileira estaria "blindada" em relação aos choques políticos.

Neste contexto, é interessante relembrar algumas características atuais dos mercados internacionais, bem como a experiência do comportamento dos mercados nacionais com os choques políticos de 2002. No que tange aos mercados de capitais internacionais, é fundamental destacar sua integração e liquidez. Em mercados preponderantemente apoiados em câmbio flutuante, capitais circulam livre e integradamente e o volume diário de transações cambiais é estimado em US$1,8 trilhões. Quando esta massa de recursos se desloca, os ajustes e efeitos sobre as economias e mercados nacionais podem ser rápidos criando condições extremamente difíceis.

A experiência de ajuste dos mercados nacionais aos choques políticos de 2002 não pode ser esquecida. Esta experiência foi documentada em artigo desenvolvido em co-autoria com Affonso Taciro publicado na revista de Economia e Administração do IBMEC (Vol. um, No. quatro, Dezembro 2002). O artigo examina a evolução do valor e risco da carteira agregada de LFTs (Letras Financeiras do Tesouro) – os títulos públicos mais conservadores indexados à taxa Selic - até o final de novembro de 2002, com a definição da eleição do presidente Lula.

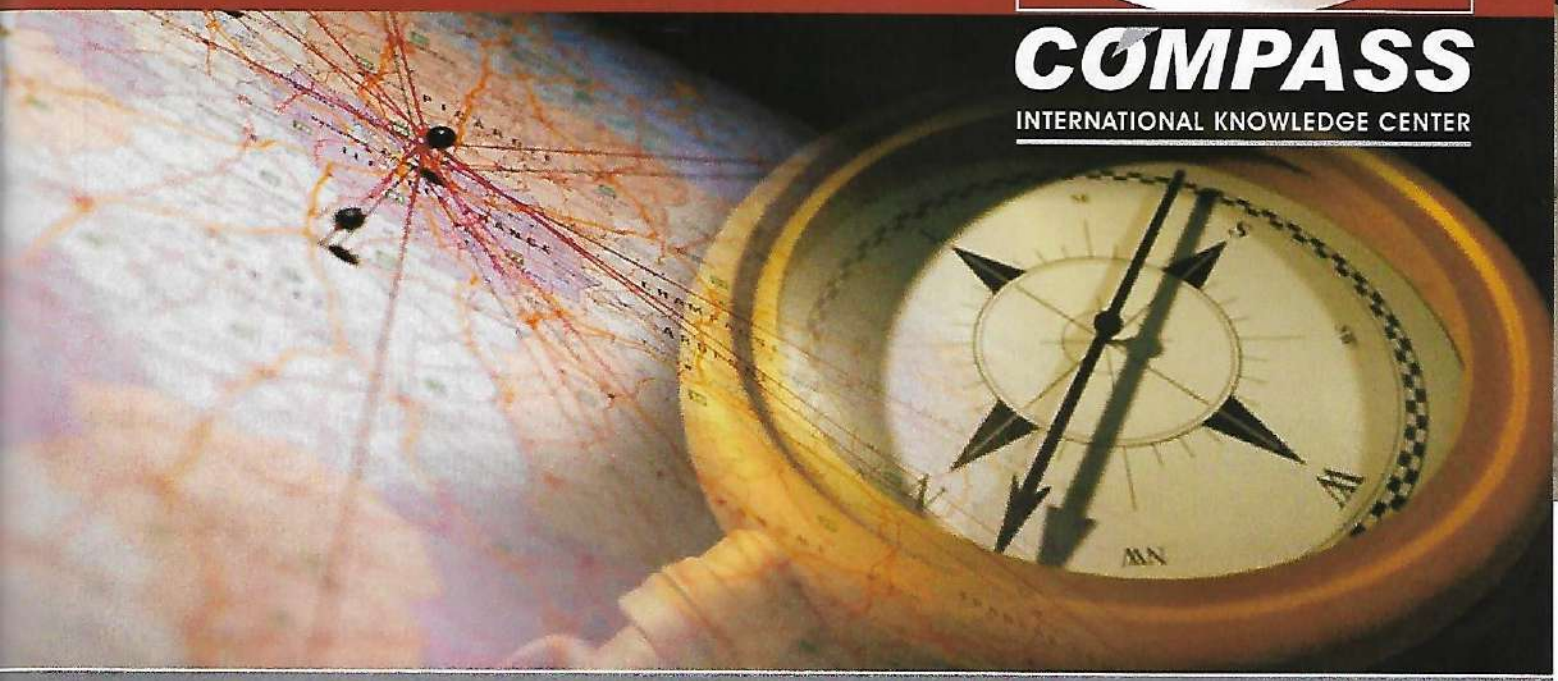
Em meados de 2002, a percepção de que a política econômica do presidente Lula seria centralizadora e envolveria a renegociação da dívida pública ou seu rápido crescimento começou a associar-se à percepção de que existiam chances reais do PT ganhar as eleições. O valor da carteira agregada de LFTs caiu de R$ 317 bilhões em 28/03/2002 para R$ 237 bilhões em 15/08/2002 - uma perda de R$ 20 bilhões em menos de cinco meses. O risco da carteira agregada de LFTs foi medido por seu VAR (*Value at Risk*), ou seja, uma medida do que seria uma perda possível em um dia normal de transações, para a qual o investidor em LFTs devia estar preparado. Este risco de perda diária, que era de R$ 97 milhões ou 0,03% do valor da carteira de LFTs em 28/03/2002, cresceu para R$2,09 bilhões ou 0,7% de risco de perda diária em 17/06/2002. Ou seja, o risco multiplicou-se por 21,5 vezes em um período de dois meses e meio. Em 30/07/2002, o mercado precificava uma

ORIENTANDO A SUA EMPRESA PARA ATINGIR RESULTADOS

A Compass é uma empresa de consultoria, treinamento e pesquisa que tem por missão apoiar organizações em sua busca por resultados e alta performance.

Nosso principal diferencial é que vemos em cada trabalho uma oportunidade única para gerarmos resultados reais para nossos clientes, estabelecendo relacionamentos de longo prazo e um verdadeiro ambiente de parceria. Tudo isso baseado em uma constante busca por inovação, possibilitando que estejamos sempre a frente no conhecimento sobre melhores práticas e ferramentas empresariais

COMPASS
INTERNATIONAL KNOWLEDGE CENTER



:: CONSULTORIA EM GERÊNCIA DE PROJETOS

:: PESQUISA & BENCHMARKING

:: PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

:: GESTÃO EMPRESARIAL

- Diagnóstico de Desempenho Organizacional
- Programas de Otimização de Custos
- Desenvolvimento e Implantação de Modelos de Custeio e Orçamento
- Desenvolvimento de Gestão de Conhecimento
- Desenvolvimento de Processos, Atividades, Normas e Procedimentos

GESTÃO E CONTROLE ESTRATÉGICO

- Desenvolvimento de Modelos de Balanced Scorecard
- Desenvolvimento de Indicadores de Desempenho Estratégicos e Operacionais
- Seleção de Aplicativos para Gestão Estratégica - BSC
- Desenvolvimento de Mapas Estratégicos e Desdobramento de Iniciativas
- Apoio na Definição e Gestão de Planos de Ação e Controle de Metas
- Capacitação e Apoio em Conceitos e Técnicas de Gestão Estratégica - BSC

GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

- Desenvolvimento e Implementação de Processos de Gerenciamento de Riscos
- Desenvolvimento e Implementação de Metodologias de Gerenciamento de Riscos
- Diagnóstico de Maturidade de Gerenciamento de Riscos Corporativos
- Avaliação e Alinhamento de Controles Internos
- Avaliação, Seleção e Implantação de Ferramentas para Gerenciamento de Riscos Corporativos
- Capacitação e Apoio em Conceitos e Técnicas de Gestão de Riscos

www.compassbr.com.br

:: Rio de Janeiro
Rua Sete de Setembro, 55 / 2205 • Centro
RJ • CEP: 20050-004
Tel.: + 55 (21) 3970-3936

PMI Registered Education Provider
Project Management Institute

:: São Paulo
Av. Nações Unidas 12.551 /17º andar • Brooklin
SP • CEP: 04578-000
Tel.: + 55 (11) 3443-7696

probabilidade de 43% de existir uma renegociação da dívida pública com 10% de confisco de seu valor.

A evidência mostra que choques políticos e decisões regulatórias intempestivas destroem valor e multiplicam risco em períodos extremamente curtos. Na realidade, a capacidade de rápida aceleração de risco na economia brasileira é evidência de sua instabilidade política e institucional. Esta mesma instabilidade política e institucional eleva os prêmios de risco da divida pública e impede uma queda mais rápida de taxas de juros.

Em síntese, os interesses nacionais claramente demandam do sistema político e partidário brasileiro uma busca por estabilidade institucional. Entretanto, a busca por estabilidade e o atendimento dos interesses nacionais não parecem ser nem objetivo nem prioridade do sistema político e partidário. Com a antecipação do calendário eleitoral, cada segmento do sistema busca posicionar-se de acordo com seus interesses limitados.

O presidente Lula busca ampliar sua base de apoio, estimulando conflitos com sua própria política econômica. A oposição procura desestabilizar o Governo e proteger seus quadros de qualquer forma, sem qualquer consideração sobre os impactos futuros de suas ações na economia e no tecido social do país.

É lastimável constatar-se que o sistema político-partidário nacional foca-se em choques de poder na delimitação de áreas de influência no curto prazo, sem que existam quaisquer considerações sobre os interesses nacionais de longo prazo. A conclusão inevitável é que o modelo político-partidário brasileiro mostra-se desequilibrado e precisa ser profundamente repensado buscando-se maior consenso e estabilidade institucional. É preciso buscar-se definir valores nacionais de longo prazo para conduzir-se o processo político e a economia no curto prazo.

A evidência mostra que choques políticos e decisões regulatórias intempestivas destroem valor e multiplicam risco em períodos extremamente curtos.

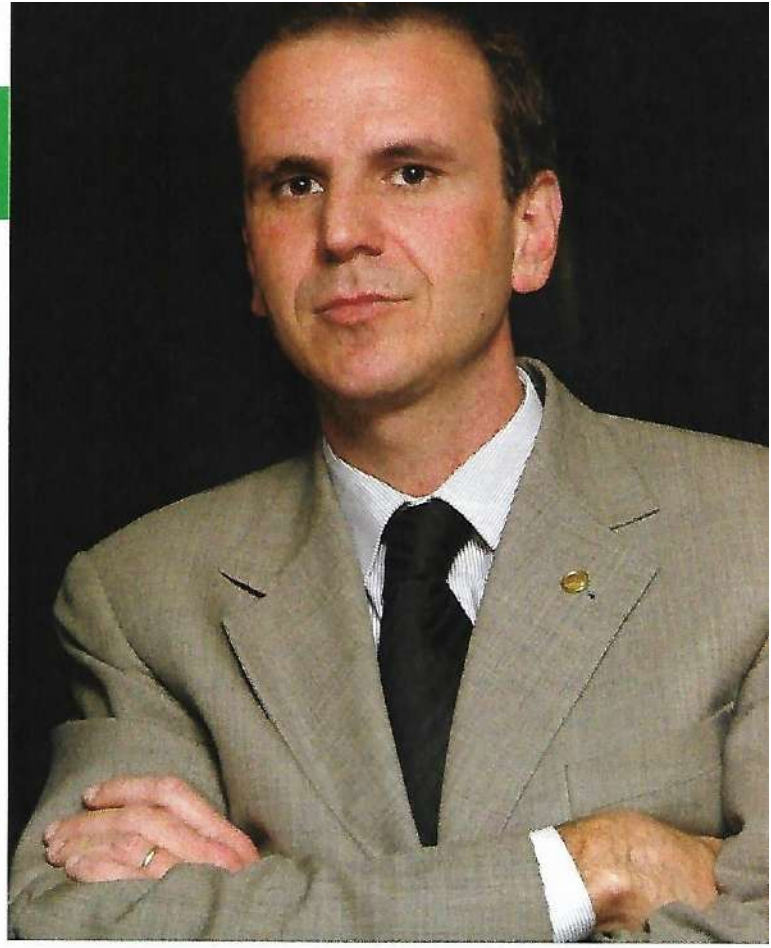
A conclusão inevitável é que o modelo político-partidário brasileiro mostra-se desequilibrado e precisa ser profundamente repensado buscando-se maior consenso e estabilidade institucional .

Como isto não parece estar para acontecer, pode-se prever um cenário de turbulência e risco em nossos mercados em 2006. Provavelmente a turbulência não será tão aguda quanto em 2002 mas gerará perdas e destruirá valor. Como em 2002, a aceleração de risco deve iniciar-se em maio/junho deste ano.

---

* *Sócio-diretor da Ney O. Brito e Associados e professor titular de finanças da UFRJ*

Eduardo Paes expõe suas idéias sobre campanhas eleitorais, segurança pública e carga tributária



O deputado federal Eduardo Paes é secretário-geral do PSDB

O deputado federal do PSDB carioca Eduardo Paes recebeu a Revista IBEF no intervalo de uma de suas muitas idas e vindas de Brasília. Reconhecido como um dos parlamentares mais atuantes e eloqüentes da atual legislatura, Paes nos forneceu um esclarecedor panorama do cenário político-eleitoral do país, além de conversar sobre suas propostas para a segurança pública e a carga tributária.

Eduardo Paes começou a vida publica em 1992, quando foi escolhido subprefeito da Barra da Tijuca e Jacarepaguá. A resposta ao seu trabalho veio na eleição para deputado federal em 1998, quando foi eleito com 117.164 votos, a maior votação no município do Rio de Janeiro.

Em 2000 licenciou-se da Câmara Federal para assumir a secretaria municipal de meio ambiente do Rio de Janeiro. Uma das marcas da sua administração foi a intransigência com qualquer tipo de agressão à natureza. Em 2002, foi eleito pela segunda vez deputado federal com 186.227 votos. Eduardo Paes atualmente ocupa o cargo de secretário-geral do seu partido. A seguir, suas opiniões sobre campanhas políticas, combate à corrupção, tributos e segurança pública.

CAMPANHAS POLÍTICAS

Uma das características de um país pobre como o Brasil é que, muitas vezes, são os vereadores e deputados estaduais que cumprem o papel do Estado, suprindo sua ausência. É o político que dá cesta básica e dentadura. São formas figuradas de falar, mas que têm muito de verdade. No caso da campanha majoritária, como não é possível distribuir presentes para todo mundo, por se tratar de universo mais amplo, a mensagem do candidato conta mais. O fato é que em ambos os casos, o custo é absurdo. É necessário e urgente mudar esse parâmetro. O que a gente precisa é de uma cobrança efetiva do eleitor. A sociedade deve observar as campanhas muito caras e dizer para os políticos através do voto que elas não valem a pena. É difícil que os próprios candidatos estabeleçam seus parâmetros.

FINANCIAMENTO

Não acho que a solução seja o financiamento público. Nada do que nos estamos vendo hoje no Brasil, por exemplo, tem haver com financiamento de campanha. Caixa 2 é a estória que o Lula quer nos fazer acreditar.

"Caixa 2 é a estoria que o Lula quer nos fazer acreditar. Nós estamos diante de casos de corrupção e roubo. Eles falam caixa 2 para minimizar. Em 2003, não tinha campanha acontecendo e eles estavam distribuindo o dinheiro do valerioduto".

Nós estamos diante de casos de corrupção e roubo. Eles falam caixa 2 para minimizar. Em 2003, não tinha campanha acontecendo e eles estavam distribuindo o dinheiro do valerioduto. O finaciamento público não impediria que esse esquema de corrupção fosse montado, nem que os políticos continuassem tomando dinheiro privado. Então, eu sou completamente contra o financiamento público de campanhas políticas.

MENSALÃO

O PT e o governo conseguiram convencer parte da sociedade de que estamos lidando com uma CPI que investiga caixa 2. Isso me entristece, porque percebo que algumas pessoas caíram nesse conto. O caixa 2 de campanha política é um delito grave para o qual devemos procurar realizar as mudanças legislativas necessárias para aumentar suas penas. Mas, nesse caso, não estamos tratando de caixa 2, estamos lidando é com roubo de dinheiro público. Isso está comprovado, por exemplo, pelo caso Banco do Brasil/Visanet. Para mim, está claro que houve corrupção para pagar mensalão mesmo. O nome mensalão é uma expressão cunhada de forma inteligente pelo Roberto Jefferson para explicar a compra de parlamentares para votarem junto com o governo.

ELEIÇÕES

Não haverá muita diferença dessa campanha para as anteriores. Eu acho que esse ano poderá haver uma discussão em outras bases. A minha expectativa é que o messianismo na política brasileira vai diminuir. O fato de se ter hoje o "paladino da esperança" ou o "rei da utopia" mostrando que se precisa de muito mais do que vontade política para governar, como gostava de dizer o PT quando era oposição, é emblemático. Para governar é preciso ter capacidade, conhecer os assuntos e ser honesto. Critérios como experiência comprovada e as realizações já feitas terão mais importância. Será uma campanha mais baseada em fatos do que em promessas e expectativas.

No Congresso Nacional em protesto contra o valor do salário mínimo.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Se você notar, dessa vez, o roubo se deu basicamente nas estatais. Por que não aconteceu nos ministérios, como antigamente ? Porque agora existe os mecanismos da democracia brasileira em funcionamento. Tem o SIAF – Sistema de Acompanhamento Financeiro – que fiscaliza a execução orçamentária do governo federal. O que temos que fazer é continuar avançando para realizar mudanças na legislação para adaptar e melhorar esses processos. Por exemplo, uma proposta é a criação de um sistema semelhante ao SIAF para acompanhar as estatais. Temos também que profissionalizar o serviço público e impedir que a influência dos políticos interfira em atividades que não são de sua competência.

MINISTÉRIOS PÚBLICOS

Eu vejo de forma positiva o papel dos ministérios públicos, mas acho que eles deveriam atuar mais. Eles foram mais atuantes no governo passado. Eu estou com uma saudade do Luis Francisco, aquele procurador que vivia na televisão. Nunca mais ele falou nada. Com tanta bandidagem, corrupção e roubo, por que ele não se manifesta, não apura? Por que ele não abre inquéritos?

"A minha expectativa é que o messianismo na política brasileira vai diminuir. O fato de se ter hoje o "paladino da esperança" ou o "rei da utopia" mostrando que se precisa de muito mais do que vontade política para governar, como gostava de dizer o PT quando era oposição, é emblemático".

Portanto, estou com saudade do Ministério Público. Tem uma parte do MP que está trabalhando, mas tem outra parte que eu queria ver mais atuante. O Luis Francisco, por exemplo, queria saber onde ele está. Vou pedir uma audiência com ele para cobrar uma ação mais contundente em relação ao valerioduto e ao Delúbio.

SEGURANÇA PÚBLICA

Um dos problemas da segurança pública está na sua politização. Há três tarefas principais que o Estado deve cumprir: controle da legalidade, arrecadação e segurança pública. Nessas atividades não deveria ter nem cheiro de político por perto. Na minha opinião temos que blindar as forças de segurança pública, dar-lhes autonomia semelhante àquela que é dada ao Ministério Público. Impedir que os atores políticos interfiram na indicação de um comandante de batalhão da Polícia Militar, por exemplo.

caminhando para o sistema brasileiro. O voto é cada vez mais pessoal. Esse negócio de voto em lista, fidelidade partidária e partido fortalecido é tudo besteira. Os partidos estão acabando no mundo inteiro. O político tem que ter fidelidade com o eleitor e com os princípios que defendeu na campanha e não com a burocracia partidária. Hoje em dia, com a tecnologia, o eleitor pode acompanhar o trabalho dos políticos pela internet em tempo real. Se quiser ele fica sabendo o que eles acabaram de falar no plenário. Isso fortalece a democracia.

ESTADO BRASILEIRO

O Estado brasileiro está inchado. Nos últimos três anos, infelizmente, foi ainda mais inchado. De um lado com a pelegada petista assaltando o Estado para os fins que estamos vendo agora claramente. De outro lado, uma idéia equivocada do seu papel, da sua função. Com isso, o Estado está cada vez mais pesado e o custo da máquina pública maior, motivados por um conjunto de gastos exagerados e despesas que são absolutamente ineficientes e improdutivas para a população.

"Temos que ter maneiras para realizar uma tributação mais justa, mantendo os níveis de arrecadação que temos hoje. Um desses mecanismos é o combate à sonegação. Outro é desonerar a produção, o emprego e a folha de salários".

CARGA TRIBUTÁRIA

Não é só elevada, ela é também ineficaz e ineficiente. É ruim para economia a maneira como a carga tributária incide sobre a produção do país. O custo do financiamento do Estado hoje é monstruoso. Pode-se ter uma arrecadação alta sem ter necessariamente um sistema tributário tão ineficiente, ineficaz e improdutivo. Ele onera a produção e dificulta a exportação. Temos que ter maneiras para realizar uma tributação mais justa, mantendo os níveis de arrecadação que temos hoje. Um desses mecanismos é o combate à sonegação. Outro é desonerar a produção, o emprego e a folha de salários. São formas de manter o nível de arrecadação elevado e, ao mesmo tempo, facilitar a vida daqueles produzem e geram emprego.

REFORMA POLÍTICA

A reforma política é uma grande besteira na minha opinião. Todos os países de primeiro mundo estão

GOVERNO LULA

O governo Lula é uma tragédia absoluta. É um governo corrupto. E isso está mais que comprovado, só não acredita quem não quer. É um governo incapaz de gerir qualquer coisa com eficiência. Talvez as questões que envolvem o biodiesel sejam as únicas coisas que estão bem encaminhadas. Isso realmente melhorou depois que o Lula entrou. Tirando isso, não tem nada. A política econômica funciona porque é a mesma do governo passado. A política social é uma consolidação da rede de proteção do governo Fernando Henrique. É um governo que não tem política, não tem agenda, nem proposta para o país. Não consegue nem gastar. O pior é que ainda aumentou o tamanho do Estado. Acho uma tragédia completa.

Comércio exterior: um caminho lucrativo

A forma de conduzir a política de comércio exte-rior é um daqueles temas que estimulam muitos debates. Um dos pontos que parece convergente é que quanto maior a participação do setor privado nacional nas negociações, melhor para o país. As empresas brasileiras precisam ter condições de exportar cada vez mais, recebendo estímulos para produzir os benefícios e gerar as riquezas necessárias para nosso desen-volvimento.

Carros do metrô de Santiago exportados pelo Brasil

Para o professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Renato Flores, especialista em comércio exterior, o momento é de expansão, pois foram tomadas diversas medidas para melhorar o acesso dos produtos brasileiros aos muitos mercados pelo mundo. "O setor privado, principalmente o agronegócio, vem participando plenamente das negociações internacionais, fazendo inclusive propostas técnicas em parceria com o governo brasileiro, o que tem trazidos bons resultados."

Para o diretor da área de comércio exterior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Armando Mariante Carvalho, os últimos anos também foram bastante positivos, apesar dos problemas de infra-estrutura que o país enfrenta: "Ainda temos entraves importantes para solucionar. Há filas para embarques nos portos. O governo tem atuado para diminuir esses problemas. Se resolvermos essas dificuldades, não só vamos agilizar as exportações como baixar os custos de nossos produtos, aumentando nossa competividade".

Quando pensamos em exportação, logo associamos à idéia ao embarque de grandes conteiners nos portos, ferrovias e aeroportos, mas o setor de serviços tem aumentado sua participação nos números do comércio exterior brasileiro. Segundo Flores, também nesse caso, temos alguns problemas por resolver: "O setor de serviços precisa de estímulos, de medidas facilitadoras. Temos excelentes produtos, de grande aceitação no exterior. Em entretenimen-

"O setor privado, principalmente o agronegócio, vem participando plenamente das negociações internacionais, fazendo inclusive propostas técnicas em parceria com o governo brasileiro, o que tem trazidos bons resultados." Renato Flores, professor de economia da FGV.

to, por exemplo, somos muito competitivos. O setor de educação, a partir de 2003, começou a ter maior acessibilidade ao mercado externo. É muito importante que isso tenha um efeito multiplicador nessa área".

A burocracia que os exportadores enfrentam vem diminuindo nos últimos anos, mas ainda é preciso avançar bastante, simplificando cada vez mais o acesso não só de grandes empresas, mas também de pequenos e médios empresários ao mercado externo. "Há alguns procedimentos burocráticos que poderiam ser aliviados, por exemplo, na questão do câmbio. Outra medida que estamos implantando é diminuir o número de documentos que hoje são exigidos dos exportadores", completa Luiz Antônio Araújo Dantas, superintendente da área de exportação do BNDES.

São exportados vários modelos de carros para o metrô chileno

Os recentes resultados positivos do nosso comércio exterior mostram o potencial dos produtos e serviços brasileiros no mercado internacional. O empresariado e o governo devem continuar atentos às oportunidades, investindo na formação de parcerias para ter mais competitividade. "O empresário brasileiro até 15 anos atrás olhava apenas eventualmente para o mercado externo, em geral, quando percebia a possibilidade de ganho pontual. Hoje, vemos até pequenos empresários contratando profissionais especializados em comércio exterior", explica Mariante.

Os benefícios do incremento do comércio exterior são evidentes. A geração de empregos é um deles. Várias categorias profissionais são beneficiadas, fazendo surgir inclusive novas especializações ligadas à área de comércio exterior. "Advogados, tributaristas, economistas, entre outros profissionais, estão sendo requisitados para atender uma demanda crescente. Muitos deles estão se especializando em política agrícola, por exemplo", assinala Flores, para concluir em seguida: "O movimento é positivo, mas temos que continuar o trabalho de estímulo e conscientização dos empresários e do governo para tornar constantes os números dos últimos anos."

"Há alguns procedimentos burocráticos que poderiam ser aliviados, por exemplo, na questão do câmbio. Outra medida que estamos implantando é diminuir o número de documentos que hoje são exigidos dos exportadores." Luiz Antônio Araújo Dantas, superintendente do BNDES.

HABITAÇÃO

Caixa Econômica Federal tem resultado histórico e volta a financiar com poupança

*Domingos Vargas**

Depois de 13 anos sobre aplicada em poupança, a Caixa Econômica Federal volta a operar com essa fonte de recursos no Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Serão disponibilizados R$ 2 bilhões até dezembro desse ano.

Voltada para a classe média, a nova linha de crédito atenderá, preferencialmente, famílias com renda maior que R$ 4.900 e/ou que pretendem comprar imóveis com valor de avaliação acima dos estabelecidos para o FGTS. As novas taxas variam entre 10% ao ano, para unidades até R$ 130 mil de valor de avaliação, e 12% ao ano, para imóveis com valor entre R$ 130 mil e R$ 350 mil. A cota máxima de financiamento é de 80% do valor do imóvel, sendo, assim, limitado a R$ 245 mil.

A Caixa também financiará imóveis com valores superiores a R$ 350 mil a taxa do mercado, ou seja, com as mesmas regras do SFH, só que sem limite máximo de valor do imóvel. O teto é a capacidade de pagamento do proponente.

Além disso, a Caixa também financiará imóveis com valores superiores a R$ 350 mil a taxa do mercado, ou seja, com as mesmas regras do SFH, só que sem limite máximo de valor do imóvel. O teto é a capacidade de pagamento do proponente. Neste caso, os juros ficam em 13,5% ao ano para clientes da Caixa – podendo ser pago por desconto em folha de pagamento ou débito em conta. Para essa linha, o percentual máximo de financiamento é de 70% e o prazo de pagamento é de até 180 meses.

A Caixa disponibilizará, ainda, uma linha de crédito para financiamento de imóveis comerciais para pessoa física, com taxa de juros de 15% ao ano, cota de financiamento de até 60% e prazo de amortização de até 120 meses. Um dos principais destaques do novo produto em relação ao oferecido pelo mercado é que a Caixa vai operar com cotas de financiamento de até 80% do valor de avaliação do imóvel e concedendo prazo de retorno de até 240 meses. A maioria das instituições oferece cota máxima de 70% e o prazo de pagamento no mercado é de 216 meses.

BALANÇO

Até final do ano passado, a Caixa aplicou o montante de R$ 6,5 bilhões para habitação, financiando 342.890 imóveis, superando os R$ 5,8 bilhões aplicados no ano de 2004. No Rio de Janeiro, em 2005, foram aplicados R$ 631 milhões, também superando em 42% o montante investido no ano anterior. Quando consideradas apenas as operações do Programa de Arrendamento Residencial os números são ainda mais significativos, pois os R$ 106 milhões que foram aplicados para a construção de 3.081 unidades habitacionais em 2005 representam um crescimento da ordem de 500%

Já estão sendo analisados 70 empreendimentos e outros 20 já se encontram em fase de comercialização, o que representará a aplicação de recursos da ordem de R$ 500 milhões e a construção de 10.000 unidades habitacionais.

sobe o montante de 2004. Ainda em relação ao PAR foram entregues, em 2005, 2.300 unidades habitacionais, beneficiando famílias com renda familiar de até seis salários mínimos.

Na área comercial, em 2005, a Caixa teve um crescimento de cerca de 85% em operações de crédito para pessoa jurídica e de 16% para operações com pessoa física, em relação ao ano de 2004. No Rio de Janeiro o crescimento foi da ordem de 200% para pessoa jurídica e de 12% para pessoa física.

As boas notícias não param por aí. Em 2006 estão previstos para o crédito imobiliário recursos orçamentários superiores aos disponibilizados em 2005 e que atenderão a todas as faixas de renda. Como demonstração disso, já estão sendo analisados 70 empreendimentos e outros 20 já se encontram em fase de comercialização, o que representará a aplicação de recursos da ordem de R$ 500 milhões e a construção de 10.000 unidades habitacionais. Esse montante destinado a novas moradias somados aos valores a serem disponibilizados para imóveis já perfomados ou usados e ao financiamento para aquisição de material de construção poderemos atingir algo em torno de R$ 1,2 bilhões de aplicação de recursos no macro setor da construção civil, somente em nosso estado.

Cabe destacar que, no que concerne a aplicação de recursos na área comercial, a perspectiva é de superarmos de forma significativa o bom desempenho de 2005. Com relação à área cultural, a Caixa continua apoiando diversas instituições de acordo com a política de patrocínios e adoção de entidades culturais, com destaque no 1° trimestre de 2006 para a inauguração do Espaço Caixa Cultural, de quase 5.000 m², onde estarão disponíveis dois cinemas, um teatro de arena e uma sala para exposições internacionais, dentre outras atrações que, aliado ao Teatro Nélson Rodrigues, constitui um legado importante para o nosso Estado do Rio de Janeiro.

Num processo de expansão da nossa rede iniciado há 3 anos, em 2006, estaremos concluindo a entrega de 82 novas agências no estado, tornando a Caixa cada vez mais necessária à sociedade brasileira, constituindo-se na única instituição presente nos 5.561 municípios, que não opera somente com os seus clientes, ou seja, a Caixa é o banco de todos os brasileiros.

** Superintendente da Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro*

TREM DO CORCOVADO, ELEITO O MELHOR DO MUNDO.
(Também, com um padrinho desses...)

O Trem do Corcovado foi agraciado na Espanha pelo Club de Líderes Del Comercio, como o "Melhor Equipamento Turístico no Mundo, recebendo a Insígnia de Ouro no "Trofeo Internacional de Turismo, Hotelaria y Gatronomia".

Rua Cosme Velho, 513 • CEP 22241-090 • Rio de Janeiro • Brasil • Tel 55 21 2558-1329 • www.corcovado.com.br • trem@corcovado.com.br

*Pedro Batista**

Setor elétrico: novos rumos?

Após um longo período de turbulência, acreditamos que o atual cenário macroeconômico, a recuperação da capacidade financeira das empresas, a força atual do mercado de capitais e a implementação do novo modelo do setor elétrico devam continuar reduzindo os riscos sistemáticos e regulatórios do setor, criando um ambiente com regras estáveis e balanceadas. Entretanto, torna-se essencial uma boa e racional implementação das regras do setor.

No segmento de distribuição, a conclusão dos processos de revisão tarifária das empresas trouxe surpresas positivas e animadoras (a Cemig e a Celesc são bons exemplos). Eles não só aumentaram a geração de caixa das empresas, mas também reduziram os riscos de projeção pelo fato de definirem os números definitivos da base regulatória de ativos. Outro indício positivo de que o setor estaria passando por mudanças refere-se às decisões favoráveis do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que suspenderam as liminares contra os aumentos plenos de tarifas da Celpe e da Cosern.

Além dos melhores resultados operacionais, esperamos que o setor seja beneficiado pelo cenário de taxas de juros decrescentes, em função de sua característica capital-intensiva e da alavancagem financeira das empresas. Acreditamos ainda que uma baixa relação real/dólar seja favorável ao setor, principalmente à Copel, que não precisaria de aumentos para reduzir o desconto atual de tarifas. Vale ressaltar que menores aumentos tarifários nominais significam menores riscos regulatórios (menor pressão política para repassar os custos aos consumidores finais).

Olhando mais adiante, a principal questão das distribuidoras deverá ser a discussão sobre as mudanças na metodologia de revisão tarifária a ser implementada no próximo ciclo de revisão tarifária (a partir de 2007). De acordo com Jerson Kelman, diretor geral da Aneel, a discussão deverá começar em outubro e enfatizará o cálculo da base de remuneração regulatória, o fator x e os custos de referência. A idéia inicial é concluir o processo em junho de 2006. Em nossa opinião, há espaço para melhorias na metodologia com possíveis impactos positivos para as empresas.

Além dos melhores resultados operacionais, esperamos que o setor elétrico seja beneficiado pelo cenário de taxas de juros decrescentes, em função de sua característica capital-intensiva e da alavancagem financeira das empresas.

Quanto ao segmento geração, esperamos que os próximos leilões de energia contribuam para diminuir ainda mais a percepção de risco em decorrência de: (1) movimento ascendente da curva de preços de geração, (2) investimentos de empresas estatais (principalmente as subsidiárias da Eletrobras) em projetos de energia nova por meio de parcerias com *players* privados.

A principal questão das distribuidoras deverá ser a discussão sobre as mudanças na metodologia de revisão tarifária a ser implementada no próximo ciclo de revisão tarifária (a partir de 2007).

Em nossa opinião, o evento mais importante nesse segmento é o leilão de "energia nova" (que está acontecendo exatamente nesse momento em que escrevo o artigo), quando o novo modelo do setor elétrico será testado pela primeira vez quanto à capacidade de atrair investimentos privados para o setor de forma sustentável.

Também é importante compreender a forma como as empresas estatais deverão investir. Como o principal risco relativo às estatais é o retorno sobre o capital reinvestido (principalmente a Eletrobras), achamos que um modelo no qual essas empresas investirão principalmente através de participações minotárias em SPCs com *players* privados, com estrutura de capital adequada, poderá reduzir a percepção de risco nessas empresas. A exceção aqui é a Copel, que não tem permissão para ter participações minoritárias em novos investimentos, com base na legislação estadual.

Outra questão importante para as empresas estatais é o CAPEX menor que o esperado em 2005, se comparado à orientação fornecida para o ano todo. Por exemplo, a Eletrobras investiu apenas ~R$2,5 bilhões até o momento em 2005, em comparação com a orientação de R$4,2 billhões para o ano. Isso mostra uma boa disciplina de capital e pode ter sido motivada pela necessidade do governo de gerar um alto superávit primário.

Como achamos que os investidores estão bastante preocupados com os investimentos da Eletrobras e de outras estatais com baixos retornos, um CAPEX baixo é sempre bem-vindo pelo mercado. Situações semelhantes foram observadas na Cemig, Copel e Transmissão Paulista.

Em nossa opinião, os principais riscos do setor são:

1) Outro erro do governo federal em definir as tarifas máximas permitidas para os projetos de geração. Isso poderia afastar novos investimentos na capacidade de geração do setor, aumentando consideravelmente apercepção de risco. No entanto, esta não é a nossa opinião, considerando o consenso do governo federal sobre a necessidade de atrair investimentos privados para o setor.

2) Indicação de executivos sem perfil técnico para substituir os diretores da Aneel que estão deixando o cargo em 2005. Isso pode representar uma ameaça principalmente para as distribuidoras.

3) Outros aumentos na carga tributária do setor – embora os impostos sejam "repassados", eles produzem maiores aumentos tarifários para os consumidores finais, com impactos negativos sobre o consumo, as taxas de inadimplência e a opinião do público em geral sobre as empresas de distribuição.

4) Riscos ambientais sobre os futuros projetos de geração – maior incerteza sobre os retornos dos projetos de geração e sobre a propensão de investimentos no setor.

5) Risco de reinvestimento de empresas estatais.

Apesar dos riscos ainda existentes no setor, continuamos otimistas quanto as novos rumos do setor elétrico. A combinação de muitos econômicos assim como a necessidade de atração de capital privado de maneira sustentável para garantir o suprimento de energia no longo prazo devem continuar a criar novas oportunidades e continuar a reduzir a percepção de risco sobre o setor.

---

* *Analista financeiro do Banco Pactual*

Perspectivas de crescimento do mercado de gás natural

Stéferson Faria

As instalações em Iacanga, em São Paulo

Mercado apreensivo com a falta de infra-estrutura e regulação

A descoberta do gás natural, segundo registros históricos, ocorreu entre 6000 e 2000 AC onde hoje está o Irã. Um pouco depois já era utilizado na China. Na Europa, foi descoberto apenas em 1659 DC, não despertando grande interesse. Nos Estados Unidos, o primeiro gasoduto com fins comerciais entrou em operação em Nova York, em 1821, fornecendo energia aos consumidores para iluminação e preparação de alimentos.

A utilização do gás natural no Brasil começou modestamente por volta de 1940, com descobertas na Bahia, mas o grande marco ocorreu na década de 80 com a exploração da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. O desenvolvimento dessa área proporcionou um aumento no uso da matéria-prima, elevando para 7% a participação do gás natural na matriz energética nacional. O governo federal tem como meta aumentar esses números para 12% até 2010. Segundo Daniel Lopez Jorda, presidente da Companhia Estadual de Gás (CEG): "Isto irá depender fundamentalmente do sucesso dos agentes do setor em aumentar a oferta de gás natural. Faz-se necessário investir pesadamente na expansão da produção nacional e da importação do gás, bem como na infra-estrutura de transporte."

Construído para facilitar a chegada do produto ao país, com capacidade máxima de transportar até 30 milhões m³ diariamente, o gasoduto Bolívia-Brasil representa um grande avanço no fornecimento de gás natural para o mercado brasileiro. As perspectivas atuais de sua utilização são extremamente positivas, pois a demanda por combustíveis não poluentes para a indústria, comércio e transportes, bem como para geração termelétrica, aumenta expressivamente. Segundo a Petrobras, a participação do gás natural na matriz energética requer investimentos expressivos em infra-estrutura, tanto de transporte quanto de distribuição. Para a empresa, é necessário que se priorize a infra-estrutura e tente-se evitar que a regulamentação aumente os riscos.

Para o crescimento já alcançado, assim como para a conquista de novos mercados, foi importante a promulgação da lei 9.478, que, entre outras determinações, redefiniu a política energética nacional e instituiu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Para o diretor do Instituto Brasileiro de Petróleo, José Luis Orlandi, ainda faltam algumas medidas: "Precisamos de um marco regulatório que defina com clareza as condições para que se possam tomar as decisões de investimentos com segurança. Ninguém vai investir sem saber as regras do mercado". Com opinião semelhante, o gerente do Departamento de Gás e Desenvolvimento Automotivo da Petróleo Ipiranga, Francisco Barros, completa: " A regulação é fundamental, principalmente, porque há outros mercados já maduros, com regras estabelecidas. No

"O aumento da participação do gás natural na matriz energética nacional irá depender fundamentalmente do sucesso dos agentes do setor em aumentar a oferta do produto. Faz-se necessário investir pesadamente na expansão da produção nacional e da importação do gás, bem como na infra-estrutura de transporte." Daniel Lopez Jorda, presidente da CEG.

Há mais de uma década assumindo a administração de pessoal e benefícios de empresas que se destacam em seus segmentos.

Terceirização é estratégia,
é aumento de competitividade,
é evolução.

PRACTICE

www.practice.com.br

Terceirização da administração de pessoal e benefícios

"Precisamos de um marco regulatório que defina com clareza as condições para que se possam tomar as decisões de investimentos com segurança. Ninguém vai investir sem saber as regras do mercado" José Luis Orlandi, diretor do IBP

Brasil, as autoridades mudam as regras no meio do processo e isso prejudica os investimentos."

O último Balanço Energético Nacional (BEN), de 2003, relativo a 2002, informa que a participação do gás natural na matriz energética brasileira está crescendo. Em 1970 era nada: 0,1%; em 80 passou para 0,8%; em 90 chegou a 2,4% e em 2000: 4,1%. Segundo Jorda, o crescimento continuado não está garantido: "O Plano de Massificação do Uso do Gás Natural, que a Petrobras apresentou às distribuidoras de gás canalizado, contemplava um projeto de utilização do gás natural nas frotas de transporte coletivo. Agora, após as restrições de oferta veiculadas na imprensa, nenhuma ação efetiva vem sendo tomada para a implementação deste projeto junto às distribuidoras. O único setor que está sendo priorizado é o de geração termelétrica."

Para o Francisco Barros, a estratégia do governo está equivocada: "Há o projeto de lei 226, do senador Rodolfo Tourinho, que procura em parte ajudar nesse processo, discutindo a regulamentação da área de transportes e da construção de gasodutos. O Ministério de Minas e Energia tem uma visão própria, como governo, e alguns pontos estão em discussão ainda, como a criação do mercado secundário, que comercializaria o gás excedente das termelétricas, por um preço mais barato do que aquele ofertado a quem tem contrato fixo, mas a iniciativa privada está totalmente contra essa medida, pois o que viabiliza investimentos de longo prazo são os contratos firmes."

Para o setor manter essa rota de crescimento são necessários investimentos de todos os envolvidos na cadeia produtiva. Para Orlandi, o mais importante para garantir os investimentos necessários para a expansão do mercado é o estabelecimento de regras claras e objetivas: "Se o mercado sabe que há contratos secundários com preços menores, a tendência é ninguém mais fazer de longo prazo, ou seja, não serão feitas obras de infra-estrutura, pois para isso são necessários preços que paguem esses investimentos."

Para a Petrobras, além dos investimentos em infra-estrutura, aumentar a produção nacional pode ser outro caminho pra dinamizar o mercado de gás natural no país. As expectativas são de ampliação da oferta, acompanhando o desenvolvimento dos vários segmentos de mercado, com aumento de sua participação na matriz energética brasileira. Segundo a empresa, num cenário de longo prazo, só no mercado do sudeste, por exemplo, haverá um acréscimo de cerca de 12 milhões de m³ diariamente no fornecimento de gás, já a partir do segundo semestre de 2008, contribuindo significativamente para reduzir a dependência nacional do gás importado.

Para 2006, e enquanto a oferta não crescer, as perspectivas não são muito boas, segundo o presidente da CEG: "As incertezas em relação ao futuro do gás natural foram agravadas em 2005 pela determinação do governo federal de exigir comprovação de lastro físico das unidades termelétricas a gás natural. Em resumo, tal medida desviou a oferta adicional de gás natural do mercado não termelétrico para o mercado termelétrico. Antes disto acontecer, tínhamos um cenário muito diferente. O consumo estava sendo incentivado pela Petrobras, através de uma política de descontos praticada junto às distribuidoras de gás natural canalizado, dentro do seu Plano de Massificação do Uso do Gás Natural. O que vemos para 2006 é a Petrobras retirando completamente qualquer desconto no preço do gás destinado ao mercado não termelétrico".

Stéferson Faria

Vista aérea da planta de Iacanga.

Day Trade

EXPORTAÇÃO DE FUMO

Apesar de ter mantido a participação de 1.4% no total das exportações brasileiras em 2005, a venda externa de fumo em folhas cresceu 20,8% em relação ao ano anterior, o que representou aumento de US$ 280 milhões. Este crescimento ultrapassou a expectativa do setor de que, mesmo com a seca que assolou a região Sul, as exportações atingissem a casa das 600 mil toneladas, com receita de mais de US$ 1,6 bilhão.

ARACRUZ BATE RECORDES

A Aracruz quebrou recordes de produção e de vendas em 2005: respectivamente 2,8 milhões e 2,6 milhões de toneladas de celulose de eucalipto – 12% e 6% acima do ano anterior. Neste balanço já está incluída a parcela produzida pela Veracel. O lucro líquido em 2005 foi de R$ 1,2 bilhão, ou R$ 1,13 por ação – um aumento de 9% sobre os resultados do ano anterior, apesar da apreciação da taxa média de câmbio em 19%.

SULAMÉRICA EM 2005

No ano passado, a SulAmérica pagou R$ 201,7 milhões em indenizações de seguro de vida, R$ 336,3 milhões na área de riscos industriais e comerciais, além de R$ 52 milhões aos prestadores de Assistência 24 Horas. No quesito recursos humanos, a SulAmérica, que emprega 5.900 funcionários em todo o país, encerrou o ano com uma folha de pagamento bruta de R$ 151,1 milhões.

LIVRO DE GESTÃO E MARKETING

Na sua 2ª edição o livro "Gestão & Marketing", de José Renato de Miranda, consultor do Sebrae e da Fecomércio, dedica um capítulo especial sobre como estruturar e administrar uma empresa familiar. O autor mostra os erros mais comuns desse tipo de organização e propõe soluções para uma empresa familiar ser competitiva e se manter com sucesso por mais tempo no mercado.

CORRECTA
Seguros

"O seguro que você sabe que precisa,
com o que você precisa saber sobre o seguro"

D & O - SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE EXECUTIVOS
(Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais)

Executivo, você está ciente do risco que corre? Novo Código Civil - *Art. 1.016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.*

A experiência dos tribunais nos mostra os danos mais reclamados: demissão injusta de funcionário; qualquer tipo de discriminação no emprego; assédio sexual; concorrência desleal; falhas de gestão ou supervisão; prejuízo causado a acionistas (especialmente minoritários); questões ambientais; questões tributárias; questões cambiais.

Não se preocupe, contrate um D&O conosco e fique protegido. Nossa empresa negocia por você com as maiores seguradoras conquistando as melhores condições e os menores custos.

CONSULTE-NOS QUANDO FOR CONTRATAR SEUS SEGUROS

Av. Nilo Peçanha, 151/ gr 414 - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.020-100
Tel. (0 xx 21) 2533-4108 / Fax (0 xx 21) 2533-6210
Web: http://www.segurado.com.br

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O Bradesco lançou em janeiro uma linha de capital de giro especial para empresas cuja atividade possa trazer benefícios sócio-ambientais ou empresas detentoras da certificação ISO 14.000. A nova linha oferece condições diferenciadas, com taxas menores, 2,8% ao mês, e maior prazo de financiamento, até 36 meses. O valor máximo de financiamento é de R$ 200 mil.

PUBLICIDADE

Segundo levantamento realizado pelo Ibope Monitor, os investimentos publicitários somaram R$ 34,469 bilhões em 2005, o que representa crescimento de 18,46% em relação aos R$ 29,098 bilhões registrados no ano anterior. O setor que mais contribuiu para esta alta foi o comércio varejista, que em 2005 gastou R$ 9,765 bilhões - em 2004 foram R$ 8,708 bilhões - alta de 12% entre um ano e outro.

MARAVILHAS DO MUNDO

A estátua do Cristo Redentor, localizada no morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, foi listada entre os 21 locais de referência histórica que disputam a final da competição para as Sete Novas Maravilhas do Mundo. Além do monumento brasileiro, disputam a final do prêmio New7Wonders: a Acrópolis, em Atenas, na Grécia, o Coliseu de Roma, as Estátuas da Ilha da Páscoa, no Chile, a Torre Eiffel, a Grande Muralha chinesa, entre outros. No dia 1° de janeiro de 2007, a declaração oficial das Sete Novas Maravilhas do Mundo será anun-ciada durante um evento ao vivo. Mais informações: http://www.new7wonders.com/.

REDE DE DADOS

A Embratel, em parceria com a Star One, foi escolhida pela GRSA, uma empresa dos grupos Accor e Compass, para montar uma rede de dados que vai interligar a matriz da companhia a 357 restaurantes por ela gerenciados, distribuídos em diversos pontos em todo o Brasil. Há a possibilidade de expansão da rede até um total de aproximadamente 600 pontos.

RENAULT

A Renault pretende investir US$ 120 milhões no Brasil até o final deste ano. A meta é produzir 85 mil carros em 2006. Esse volume corresponde a um aumento de 13,3% em relação ao ano passado, quando foram fabricados 75 mil veículos da marca no país. O montante representa 80% dos US$ 150 milhões que a montadora francesa aplicará no Mercosul neste ano.

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

As vendas de carros bi-combustível continuaram mostrando expansão em janeiro, apesar do recente desconforto do mercado em relação ao aumento do preço álcool. Conforme dados divulgados hoje pela Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), no último mês foram licenciados 91.526 unidades do tipo "flex", número 233% maior do que o verificado em igual período de 2005 (27.439).

BNDES-EXIM FAZ 15 ANOS

Em 2005, o departamento de comércio exterior do BNDES completou quinze anos. Em 1990, foi apresentado ao banco o primeiro pedido para um financiamento de linhas de exportação. Ao longo dessa década e meia foram desembolsados quase US$ 30 bilhões para os mais diversos setores. O aniversário coincide com o melhor momento vivenciado pelas exportações brasileiras em todos os tempos. Pela primeira vez foram superados US$ 110 bilhões exportados em períodos de doze meses.

TV DIGITAL

A indústria brasileira de aparelhos eletrônicos descarta o início das vendas comerciais de televisores digitais e caixas conversoras de sinais analógicos ainda em 2006. O presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, Paulo Saab, disse que as empresas do setor precisarão de pelo menos um ano para começar a abastecer o comércio varejista, a contar da regulamentação da televisão digital no país, e não do anúncio da escolha do padrão a ser adotado.

*Manoela Floret Silva Xavier**

Atos COTEPE 35 e 70: mais burocracia e altos custos para os contribuintes

Em 05 de Julho de 2005, a Comissão Técnica Permanente do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) tentou instituir, novamente, um sistema nacional de permuta de dados entre os órgãos fazendários que possibilitasse de forma simples e eficaz a integração e o controle fiscal sob os contribuintes desse imposto. No entanto, conforme veremos adiante, essa tentativa só trouxe mais burocracia e maiores custos para os contribuintes.

Historicamente, vemos que essa foi a terceira tentativa do governo de criar um sistema de integração entre órgãos fazendários que possibilitasse a troca de informações e dados de contribuintes. O precursor dessa seqüência foi o Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF[1]), instituído pelo Convênio S/N de 15/12/1970, cujas premissas eram exatamente a racionalização e a integração de controles e de fiscalização, alicerçados em informações que têm como fonte a escrita e o documentário fiscais dos contribuintes do ICMS; a implantação de um sistema básico e homogêneo de informações que levará ao conhecimento, mais rápido e preciso, das estatísticas indispensáveis à formulação de políticas econômico-fiscais dos diversos níveis de governo; a necessidade de unificar os livros e documentos fiscais a serem utilizados pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do ICMS; a simplificação e a harmonização de exigências legais que poderão reduzir despesas decorrentes de obrigações tributárias acessórias, com reflexos favoráveis no custo da comercialização das mercadorias; entre outras.

Posteriormente, veio o Sistema Integrado de Informações – SINTEGRA, instituído pelo Convênio ICMS 78/97, cujo objetivo era disciplinar e propiciar o intercâmbio de informações sobre operações interestaduais com mercadorias dentro da competência territorial dos estados e do Distrito Federal e eventualmente da União. Do lado dos contribuintes, o propósito é o de simplificar as obrigações acessórias de fornecimento de informações relativas às operações de compra, venda e prestação de serviços interestaduais. Do lado dos fiscos estaduais, o objetivo é o de propiciar maior agilidade e confiabilidade ao tratamento das informações recebidas dos contribuintes e à troca de dados entre os diversos estados.

Historicamente, vemos que essa foi a terceira tentativa do governo de criar um sistema de integração entre órgãos fazendários que possibilitasse a troca de informações e dados de contribuintes.

Do lado dos fiscos estaduais, o objetivo é o de propiciar maior agilidade e confiabilidade ao tratamento das informações recebidas dos contribuintes e à troca de dados entre os diversos estados.

Finalmente, em 05/07/2005, através do Ato COTEPE 35 (alterado pelo Ato COTEPE 70), o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), através de reunião realizada pela Comissão Técnica Permanente (COTEPE) do ICMS, instituiu normas técnicas correspondentes a arquivo digital contendo informações de interesse do Fisco. Tais normas contém novas regras para que o contribuinte do ICMS gere, armazene e envie arquivos digitais contendo obrigações tributárias de controle do fisco. Nesse sentido, a pessoa jurídica sujeita ao ICMS deverá gerar e prestar informações referentes à totalidade das operações de entrada e de saída, das aquisições e das prestações, dos lançamentos realizados nos exercícios fiscais de apuração, dentre outros.

Apesar do mesmo ter entrado em vigor na data de sua publicação (10/08/2005), seus efeitos serão produzidos em relação aos fatos geradores ocorridos a partir das seguintes datas:

a) 1 de janeiro de 2006, para a Secretaria da Receita Federal, o Distrito Federal e o Estado de Pernambuco;

b) 1 de janeiro de 2007, para os Estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo;

c) 1 de janeiro de 2008, para os Estados do Acre, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Em um primeiro momento, tendo em vista os objetivos primordiais da criação desses arquivos digitais, quais sejam facilitar e simplificar as exigências legais, reduzindo os custos para os contribuintes, bem como obter um controle fiscal mais eficiente para o Fisco, a expectativa de todos era de que o Ato COTEPE 35 (e posterior Ato COTEPE 70) viesse realmente simplificar os procedimentos que estavam em vigor. Até esse momento, o SINTEGRA apresentava um arquivo digital composto de 26 tipos de registros, desdobrados em 370 itens. No entanto, para surpresa dos contribuintes, o novo Ato trouxe 129 tipos de registros, desdobrados em 1397 itens.

O resultado dessas mudanças é enorme para as empresas. O custo para alterar os sistemas existentes (sistemas esses que já foram adaptados no passado para satisfazer as exigências do arquivo digital anterior) é muito alto, mesmo para empresas de grande porte. Sem falar no tempo que se leva para efetuar esses ajustes.

Não satisfeito, em 9 de dezembro de 2005, o mesmo CONFAZ instituiu o Ato COTEPE 70, alterando seu antecessor, o Ato COTEPE 35. O novo Ato agravou ainda mais a situação daqueles contribuintes que deveriam se adaptar aos novos modelos digitais trazidos pelo Ato COTEPE 35. Além de alterar os arquivos, criando novos tipos de registros (agora são 225, contra 129 daquele) e desmembrando-os ainda mais, o referente ato não alterou a data de entrega desses documentos pelos contribuintes.

Partindo da premissa que o Ato COTEPE 70 não determinou uma data de início os efeitos de suas disposições, entendemos que os prazos definidos no Ato COTEPE 35 continuam em vigor, salvo legislação em contrário de cada órgão competente.

A forma, local e prazo de entrega das informações serão regulados de acordo com cada órgão competente, segundo disposto no Apêndice A do Ato COTEPE 70. Por fim, resta aos contribuintes, apenas, se adequar às novas regras o mais rápido possível e aguardar que os órgãos competentes definam quando e como tais arquivos digitais devem ser apresentados.

[1] *O SINIEF também se aplica ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.*

**Advogada tributária do Escritório Siqueira Castro*

*João César Lima**

Fortalecer o Estado do Rio de Janeiro para a vitória do Brasil

A PricewaterhouseCoopers (PwC) recém concluiu a segunda edição da sondagem empresarial, denominada "A Força do Estado do Rio de Janeiro", que tem por objetivo captar a percepção dos executivos fluminenses acerca de temas relacionados à economia nacional e, em particular, ao Estado do Rio de Janeiro.

Embora a sondagem abranja também questões ligadas ao cenário macroeconômico brasileiro e à conjuntura nacional, gostaria de me ater a alguns aspectos que dizem respeito diretamente ao nosso estado e, ainda, como nós, cidadãos e executivos, interagimos com eles.

Nesse particular, é relevante notar que, na visão dos executivos fluminenses, as vantagens competitivas do Estado do Rio de Janeiro em relação aos demais estados brasileiros são, em ordem de importância: a localização estratégica, a capacitação de nossa mão-de-obra, nossa qualidade de vida e os recursos naturais. Arrisco-me a dizer que pouquíssimas regiões do planeta têm uma combinação tão favorável de fatores como a que tem o nosso estado.

Por outro lado, esses mesmos executivos são quase unânimes em apontar a falta de segurança como a principal desvantagem do Rio de Janeiro. Embora o item segurança esteja na agenda de todos os executivos brasileiros, certamente somos os campeões nacionais nessa preocupação.

Adicionalmente, os executivos fluminenses apontam que a maior parte dos investimentos que farão em 2006 não será direcionada para nosso estado, em proporção ainda maior do que estimaram no ano passado. Esse dado, aparentemente incongruente com as destacadas vantagens competitivas do Rio de Janeiro, pode nos levar a concluir que a sensação de insegurança se sobrepõe a todas elas. Não subestimo o tema "segurança", mas não acho que este seja o principal fator de influência.

Penso sim, que o maior direcionamento de investimentos a outros estados, e mesmo a outros países, está ligado às características da economia e das empresas de nosso estado, herdadas do tempo em que éramos a capital da República e pólo centralizador das decisões econômicas, sociais, políticas e culturais de nosso país. Não é à toa que, mesmo não sendo o maior estado da Federação, temos as três primeiras e cinco das dez maiores empresas brasileiras, todas com atuação que vão muito além de nossas fronteiras. Isto explica, em parte, o elevado direcionamento de investimentos para fora do estado e ainda o nosso comportamento mais "cosmopolita" e menos "provinciano" que o de nossos colegas de outros estados.

Não há dúvida que o "jeito carioca de ser" nos deixou um importantíssimo legado de grandes empresas e empresários, mas nos tem levado a subestimar a importância de ações de caráter mais local. Por exemplo, comparativamente aos outros estados, acredito que o cidadão fluminense possa ser mais eloqüente na defesa dos interesses locais. Pertenço à corrente dos que acham que uma boa dose de "provincianismo" nos fará muito bem e que devemos travar essa luta de forma apolítica, pois essa empreitada não tem como objetivo criticar ações de governo (seja ele federal, estadual ou municipal), de políticos ou de partidos. É um movimento em defesa do Estado do Rio de Janeiro.

Na minha visão, temos hoje diversas causas para abraçar, todas essenciais ao desenvolvimento do nosso estado, inclusive no que diz respeito à sua maior interiorização. Apenas para citar algumas, temos:

1. Melhoria da BR 101, indispensável ao desenvolvimento do norte fluminense: um belo exemplo de inversão de valores. Justamente porque existe a possibilidade de se construir a refinaria na região, é que se torna mais do que necessária a modernização da rodovia. Nesse particular, é interessante verificar que hoje um dos pontos desfavoráveis ao projeto é a má condição das estradas de acesso;
2. Construção do anel viário para desafogar o pesado tráfego de veículos na Avenida Brasil;
3. Manutenção da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) no Rio de Janeiro: até hoje não fui capaz de compreender que razões de ordem técnica ou operacional justificam a sua saída do Rio de Janeiro;
4. A maior (e melhor) utilização do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, o popular Galeão: como pode o Rio de Janeiro ter tão poucos vôos internacionais diretos, ou vôos *charters* – como os tantos para o Nordeste – se somos o principal pólo turístico do Brasil?

Sumariando, sou a favor de um Rio de Janeiro mais "provinciano". Somos todos brasileiros mas, antes de tudo, somos fluminenses por nascimento ou por adoção. E no meu caso, também por paixão futebolística.

Saudações fluminenses.

* *Sócio-diretor da PricewaterhouseCoopers no Rio de Janeiro*

*Laura Pinheiro de Oliveira e Felipe de Queiroz Batista**

Proposta de emenda à Constituição: quem sai ganhando?

Em 14 de junho de 2005, o deputado federal Luciano Zica (PT/SP) apresentou na Câmara de Deputados a proposta de emenda à Constituição Federal nº 410 (PEC 410/2005) que tem por objetivo alterar o *caput* do artigo nº 176, do mesmo documento, que trata da propriedade da União sobre as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica. De acordo com a proposta apresentada, deverá ser suprimida a garantia aos concessionários à propriedade do produto da lavra dos recursos naturais mencionados acima.

Segundo a justificativa apresentada pelo deputado, "em todo o mundo, um dos aspectos mais relevantes para a soberania e independência das nações é o da posse e acesso aos recursos naturais, especialmente os minerais e os energéticos." Vale ressaltar, todavia, que a redação atual de nossa Constituição Federal não suprime de forma alguma o direito de acesso da União aos recursos naturais mencionados no artigo nº 176, e ainda garante a propriedade da União sobre eles. Sua exploração e aproveitamento são realizados sempre mediante autorização ou concessão da União, respeitado o interesse nacional (parágrafo 1º do artigo nº 176 da Constituição Federal, que não é objeto de modificação da PEC 410/2005).

Adiante, em justificação anexa à PEC 410/2005, o deputado sustenta que "no que diz respeito a nossos recursos energéticos, por se constituir o petróleo extraído em propriedade do concessionário da lavra, não existe, absolutamente, a certeza de que os produtores de petróleo estejam comprometidos com o atendimento às necessidades de nosso abastecimento doméstico."

Dessa forma, o autor da proposta parece desconsiderar toda a estrutura legislativa já existente e consolidada do setor de petróleo brasileiro. Inicialmente, podemos citar a lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, conhecida como a Lei do Petróleo, que amparada na nossa Constituição Federal, estabelece o objetivo de "garantir o fornecimento de derivados do petróleo em todo o território nacional, nos termos do parágrafo 2º do art. 177 da Constituição Federal; (...)" (art. 1º, V).

De forma mais clara ainda, o decreto nº 2.926, de 7 de janeiro de 1999 (decreto nº 2.926/99), que estabelece a regulamentação para o exercício da atividade de exportação de petróleo e seus derivados, de gás natural e condensado, já garante o necessário abastecimento do mercado nacional. Isso porque, em seu artigo 1º, condiciona a exportação de petróleo e seus derivados, de gás natural e condensado à autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na forma da Lei do Petróleo.

Dentre as diretrizes básicas para a exportação de petróleo e seus derivados e de gás natural e condensado, vale ressaltar aquela contida no art. 2º, 1º parágrafo, do decreto nº 2.926/99, que transcrevemos a seguir: "Sem prejuízo do atendimento ao disposto na legislação sobre comércio exterior, as exportações de petróleo e seus derivados e de gás natural e condensado observarão as seguintes diretrizes básicas: I – a atividade de exportação obedecerá às prioridades fixadas pela política energética nacional e não deverá comprometer as necessidades internas do abastecimento nacional; (...)"

Na mesma linha já dispõe também a regulamentação da ANP (portaria nº 7, de 12 de janeiro de 1999) que, além de reforçar a necessidade de prévia autorização da agência para o exercício da atividade de exportação de petróleo (art. 1º), estabelece que a não observância à diretriz acima, dentre outras, implicará em suspensão do cadastramento e autorização (para exportação) anteriormente concedidos.

O próprio contrato de concessão firmado com a ANP para a exploração e produção de petróleo e gás natural no país traz a previsão de limitação à exportação pelo concessionário em caso de emergência nacional declarada pelo presidente da República ou pelo Congresso Nacional.

Por fim, podemos destacar ainda que a justificativa anexa à PEC 410/2005 traz o argumento de que, desde o ano de 1991, existe a determinação legal (Lei No. 8176/91) de se constituir o Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis e que tal determinação nunca foi cumprida. Isso só confirma a tese de que não há necessidade de alterar-se a legislação vigente, mas apenas de cumprir aquela que está em vigor.

Pelo acima exposto, a nosso ver, fica claro que a PEC 410/2005 é inócua, tendo em vista que seu intuito de proteger a soberania e o mercado nacionais já é alcançado pelas normas hoje vigentes.

Além de inócua, a PEC 410/2005 é o retrocesso de um arcabouço legislativo já consolidado e representa, ainda, insegurança para o setor do petróleo, que depende de investimentos substanciais por longos períodos de tempo e, conseqüentemente, de conforto para os investidores de que as regras acordadas não serão modificadas durante os projetos.

No momento em que o Brasil busca a melhoria na sua percepção de risco pelo mercado internacional, a PEC 410/2005 presta um desserviço ao aventar que o produto da lavra do petróleo, fruto de pesados investimentos por sociedades que participaram de um processo de licitação altamente competitivo para tornarem-se concessionárias do poder público, poderia vir a pertencer, de forma arbitrária, à União.

Além disso, a referida PEC 410/2005 teria impacto direto em toda a atividade de exploração mineral no Brasil. As regras de proteção aos interesses do mercado e da soberania nacionais já estão fixadas e bem consolidadas no arcabouço legislativo nacional. Não há necessidade de mexermos em time que está ganhando.

* *Sócia e associado da área empresarial do Escritório Pinheiro Neto Advogados do Rio de Janeiro*

Expediente

IBEF- Rio - *Criado em 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, O IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças é uma entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal, sem fins lucrativos, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.*

Avenida Rio Branco 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20040-003 - Telefone: (021) 2282-1233 - www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2005/2007 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DIRETOR
Presidente em exercício - Luiz Leonardo Cantidiano
Presidente licenciado – Márcio João de Andrade Fortes
Vice-Presidentes: Roberto Lima Netto, Ana Cristina França de Souza, Gustavo Tavares da Cunha Mello, José Carlos Monteiro, José Octávio Vianello de Mello e Ricardo E. Vieira Coelho

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Chouin Varejão

CONSELHO CONSULTIVO
Reynaldo Vilardo Aloy, Ney Roberto Ottoni de Brito, Ary da Silva Graça Filho, Theóphilo de Azeredo Santos, Orlando Galvão Filho, Marcos Chouin Varejão e Valmar Paes

CONSELHO FISCAL
Presidente: Henrique José Fernandes Luz
Membros: Fernando Marotta, Oswaldo Barbosa Pereira
Suplentes: Aírton Soares Calçada, José Carlos Gonçalves Sobral, Mônica Oliveira Costa Bendia

Revista IBEF RJ - Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Théophilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Jornalista Responsável
Marcelo Bacellar MTB 25315
e-mail: mh.bacellar@uol.com.br

Redação
Milena Shiratori
comunicacao@ibefrio.org.br

Revisão
Carla Siqueira

Programação Visual
Visual.art – Internet & Design
Marcelo Muniz - marcelo@visual.art.br
Renata Muniz - renatamuniz@visual.art.br

Fotografias
Marcelo Bacellar
Stéferson Faria
Acervo Vale do Rio Doce
Arquivo

Distribuição
Daise Goulart
daiselucide@ibefrio.org.br

Publicidade e Marketing
Espaço EC – Editora e Comunicação
Diretor: Eduardo Cantidiano
Telefone celular: 9619-0771
e-mail: e.cantidiano@openlink.com.br
Jornalista: Vilma Goulart

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

A REVISTA IBEF RESOLVE ANUNCIE

Na REVISTA IBEF você fala com quem decide.

Distribuição
Associados e Parceiros do IBEF
Empresários e Executivos
Circulação
Rio e São Paulo
Tiragem
5.000 Exemplares
Público Leitor
20.000 Leitores
Classe A1
Periodicidade
Bimestral

Olhe quem já anuncia:
PricewaterhouseCoopers
Vale do Rio Doce
Bradesco
Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
Pactual
Ipiranga
Mongeral
Souza Cruz
Light
SulAmérica
BicBanco
João Fortes Engenharia
Unipar
Hidroclean
Practice RH
Compass
Faculdade Lins e Silva
Editora Campus
ChateauLacave
Trem do Corcovado
Correcta Seguros
Gaia, Silva, Rolim e Associados
Esch Café

Anuncie. Fale com Eduardo Cantidiano
Telefones: (21) 2282-1233 e (21) 9619-0771

Luiz Leonardo Cantidiano

O amadurecimento do mercado de capitais

Volto a abordar um tema que me parece relevante, qual seja o desempenho do nosso mercado de capitais. E o faço pedindo desculpas pelo fato de, mais uma vez, tratar desse assunto. Pela importância que o mercado tem no processo de financiamento da atividade produtiva e, por conseqüência, no desenvolvimento do país, penso ser necessário analisar alguns fatos recentes que, a meu juízo, merecem ser objeto de nossa reflexão.

Se não bastasse o vasto volume de recursos captados no mercado – mais de R$ 70 bilhões - que foram direcionados às empresas (abertas e fechadas) que, até recentemente, não dispunham dessa relevante fonte de financiamento, temos o alargamento de nossa base de acionistas, fruto de um trabalho persistente dos diversos agentes, o que tem contribuído para o acréscimo do volume de operações no mercado secundário, gerando liquidez crescente, o que torna atrativa a adesão ao mercado de novos participantes.

Depois de anos de quase paralisia do setor, vivemos, é certo, um momento em que, pelas boas notícias da política macroeconômica e pelo bom desempenho das companhias e do mercado, estamos no centro de um círculo virtuoso, que tem tudo para ser duradouro.

Um outro fenômeno com que nos deparamos, inimaginável de ocorrer a poucos anos atrás, é a crescente utilização do mercado de capitais por aqueles que, controlando as companhias, buscam alienar suas posições, ou a maior parte delas, ao público investidor, sempre no ambiente dos segmentos especiais de listagem da Bovespa.

Depois de operações pioneiras de Eternit e de Lojas Renner, foi anunciada a pulverização de ações de Embraer (a se dar no Novo Mercado), ao mesmo tempo em que foi divulgada a informação de que os detentores do controle da Perdigão pensam em seguir na mesma direção.

Esse movimento recente, de pulverização no mercado do capital votante de companhias abertas, tem sua origem no desejo – daqueles que exercem o controle das respectivas sociedades – de auferir um ganho maior, quando da venda de suas ações, do que o resultado que seria obtido mediante a venda do bloco de controle a investidor estratégico.

A realização de tais operações, ao mesmo tempo em que demonstram a pujança de nosso mercado, apresentam desafios a serem enfrentados e vencidos, especialmente face ao modelo de nossa lei societária, que está calcada na figura do poder de controle, exercido de forma singular ou compartilhada.

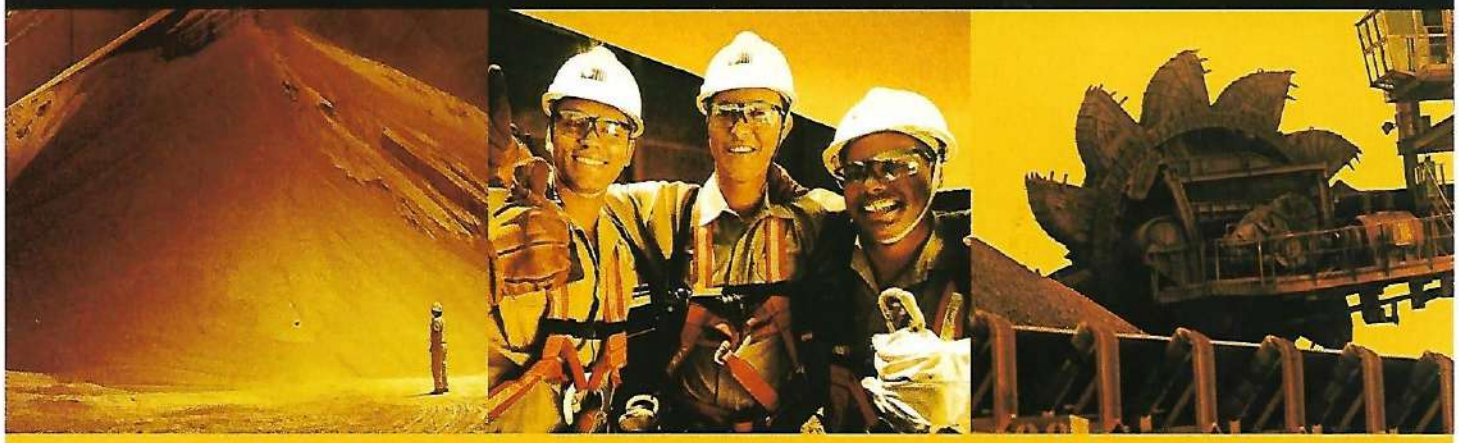
Se não bastasse o vasto volume de recursos captados no mercado – mais de R$ 70 bilhões - que foram direcionados às empresas (abertas e fechadas) que, até recentemente, não dispunham dessa relevante fonte de financiamento, temos o alargamento de nossa base de acionistas

Devem os aplicadores da lei (investidores, companhias, prestadores de serviços, juízes e, até mesmo, o órgão regulador) construir, com a prática, soluções que possam garantir a segurança do mercado, com boas práticas de governança e adequada transparência.

De outro lado, face aos programas de treinamento de investidores e à vista dos inúmeros aperfeiçoamentos introduzidos no sistema vigente (com a criação de segmentos especiais de listagem, melhor aparelhamento da CVM e uma atuação mais firme do órgão regulador na aplicação de sanções aos infratores) estou convicto de que não viveremos episódios como aqueles que ocorreram no inicio dos anos 70.

Ao contrário, a pujança do mercado, no seio desse circulo virtuoso a que me refiro, propiciará uma melhor democratização do capital, fortalecendo a cultura, antes inexistente, de o cidadão direcionar sua poupança para financiar os investimentos que geram riqueza, renda e trabalho.

VALE. A EMPRESA COM MELHOR ESTRATÉGIA FINANCEIRA CORPORATIVA DA AMÉRICA LATINA.



A maior exportadora e investidora privada do Brasil acaba de ser reconhecida pela Latin Finance por suas conquistas em 2005. Primeira e única companhia controlada por brasileiros a conquistar o "investment grade". Vale. Eleita a empresa com a melhor estratégia financeira corporativa da América Latina.

www.cvrd.com.br

Companhia Vale do Rio Doce

Gasolina Original Ipiranga.
A gasolina recomendada pela Sociedade Protetora dos Automóveis, se existisse uma.

Ipiranga.
Apaixonados por carro
como todo brasileiro.

Apaixonado por carro não usa qualquer gasolina.
Só usa Gasolina Original Ipiranga. É Ipiranga por preço de comum.

TALENT